

Oliveira, Gonçalves e Martins

O que é Geografia?



LUTAS ANTICAPITAL

O Livro de Bolso “O que é Geografia? Uma introdução a seu estudo”, escrito por Gabriel Alexandre Gonçalves, Gerson de Souza Oliveira e Cláudio Roberto Ribeiro Martins, estabelece um diálogo introdutório e reflexivo sobre a importância de pensar o mundo a partir da Geografia com os seus principais instrumentos de análise: Espaço, Território, Paisagem e Região. Pertencente a área das Ciências Humanas e Naturais, o conhecimento geográfico aqui abordado, oferece um subsídio teórico para professores desta e de outras disciplinas, além de sua contribuição à militância dos Movimentos Sociais. É uma leitura e interpretação da Geografia com um olhar crítico da realidade a partir do chão da luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras que ousam construir sua história mesmo que a contrapelo.

O que é Geografia?

Uma introdução a seu estudo

Gerson de Souza Oliveira
Gabriel Alexandre Gonçalves
Cláudio Roberto Ribeiro Martins



9 786586 620948

O que é Geografia?
Uma introdução a seu estudo

Gerson de Souza Oliveira
Gabriel Alexandre Gonçalves
Cláudio Roberto Ribeiro Martins

Gerson de Souza Oliveira
Gabriel Alexandre Gonçalves
Cláudio Roberto Ribeiro Martins

O que é Geografia?
Uma introdução a seu estudo

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília/SP – 2022

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

O48q Oliveira, Gerson de Souza.
O que é geografia? Uma introdução a seu estudo. / Gerson de Souza de Oliveira, Gabriel Alexandre Gonçalves, Cláudio Roberto Ribeiro Martins. – Marília : Lutas Anticapital, 2022.
135 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86620-94-8

1. Geopolítica. 2. Geografia - História. 3. Geografia. I. Gonçalves, Gabriel Alexandre. II. Martins, Cláudio Roberto Ribeiro. IV. Título.

CDD 910

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CBR 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: maio de 2022

Editora Lutas Anticapital

Marília -SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Nota **7**

Apresentação **13**

1 | O que entendemos por ciência e conhecimento? **19**

2 | A “pré-história” da Geografia e do conhecimento geográfico **29**

3 | A Geografia como ciência moderna **53**

4 | O espaço geográfico e a Geografia **59**

5 | Território: o espaço apropriado pelas relações sociais de classe **75**

6 | Paisagem: o aparente e o imediato da relação espaço-tempo **91**

7 | Região: diferenças, semelhanças
particularidades do espaço geográfico **103**

8 | Geopolítica e Geografia Política **111**

Referências Bibliográficas **127**

Sobre os autores **133**

Nota

Ao que tudo indica, as fundações materiais da vida humana na terra nos levaram a um ponto de crise histórica. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de agosto de 2021 demonstrou cientificamente que a humanidade corre um sério risco de enfrentar graves problemas ambientais nas próximas décadas, se forem mantidos os padrões de produção e consumo capitalistas atuais.

Pesquisas têm mostrado o aumento da temperatura do planeta, mas em especial de algumas regiões, intensificação de furacões, geadas inesperadas em algumas regiões, crise hídrica, desertificação de regiões, dentre tantas outras.

António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas deu a seguinte afirmação recentemente: o relatório do IPCC de agosto de 2021 é “um código vermelho para a humanidade”, com uma evidência irrefutável: as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco.

Guterres afirmou também que o relatório “deve soar como uma sentença de morte para os combustíveis fósseis, antes que destruam o planeta”. O presidente da ONU pediu ação imediata para cortes profundos das emissões dos poluentes, já que sem isso, não será possível limitar o aquecimento da temperatura global a 1.5 °C.

O relatório do IPCC foi socializado num ano bastante complicado, pois estamos vivenciando a pandemia do coronavírus e no caso brasileiro, uma gestão criminosa da pandemia por Bolsonaro.

Por sua vez, o diretor executivo da agência de assistência alimentar da Organização das Nações Unidas (ONU), David Beasley, afirmou em 2020 que a pandemia do novo coronavírus está causando fome generalizada “de proporções bíblicas” por todo mundo. Beasley pediu que governantes ajam antes que centenas de milhões passem fome em pouco tempo. “Não estamos falando de pessoas que vão dormir com fome. Estamos falando de condições extremas, situação de emergência. Pessoas literalmente marchando à beira da fome. Se não conseguirmos comida para as pessoas, as pessoas vão morrer”, afirmou o diretor ao jornal inglês The Guardian.

Ao que tudo indica, as respostas dos governos a pandemia têm sido muito aquêm das

necessidades humanitárias e obviamente as grandes corporações transnacionais não estão muito interessadas em soluções radicais para os graves problemas socioambientais criados pelo avanço destrutivo do capital.

Preparados para este novo ciclo de lutas sociais, onde vai vigorar um longo período de resistência histórica, a Editora Lutas anticapital e nós – coordenadores do Curso Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, nos colocamos contra o desmonte da nação, lutamos pela redemocratização do país e nos comprometemos a publicar livros de qualidade acessíveis ao público brasileiro, que tem “sede” de conhecimento crítico.

O curso é fruto de uma demanda dos movimentos sociais do campo tendo em vista a escolarização e qualificação da população dentro de um projeto de reforma agrária popular e agroecológica.

Somos partidários do estudo da história na perspectiva materialista e dialética. Temos partido, o partido da ciência e somos comprometidos com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora, tendo em vista a construção de uma sociedade de produtores livremente associados.

Combatendo novamente nas trevas, optamos por convidar algumas autoras e autores

a se pronunciar sobre diversos temas candentes que serão imprescindíveis para as alunas, os alunos e demais interessados na compreensão da realidade brasileira e mundial.

Planejamos uma série de Livros de Bolso, de caráter introdutório. Já publicamos “Sobre o óbvio” de Darcy Ribeiro, “Quem é o povo no Brasil?”, de Nelson Werneck Sodré, “A conspiração contra a escola pública”, de Florestan Fernandes, “Exército Nacional Libanês”, de Karime Cheaito e “A cidadania burguesa e os limites da democracia” de Claudia Bernava Aguillar, “Autogestão Comunal”, de Claudio Nascimento, “Educação profissional: crise e precarização”, de Deribaldo Santos, “A tragédia educacional brasileira no século XX: diálogos com Florestan Fernandes” de Henrique Tahan Novaes e de Julio Hideyshi Okumura, “As guerras mundiais” de Lincoln Secco.

Foram publicados também “A revolução chinesa – até onde vai a força do dragão” de José Rodrigues Mao Jr e Lincoln Secco, “Sobre Economia”, de Theo Lubliner e “Cultivar Afetos, derrotar as violências: as mulheres do campo e a construção de novas sociabilidades”, de Adriana Rodrigues Novais, Atiliana Vicente Brunetto, Editha Lisbet Julca Gonza, Kelli Cristine de Oliveira Mafort, Lizandra Guedes, Lucineia Miranda de Freitas e Renata Menezes da Silva e

“Do sul ao norte: introdução a Gramsci”, de Luciana Aliaga.

O Livro de Bolso "O que é Geografia? Uma introdução a seu estudo", escrito por Gabriel Alexandre Gonçalves, Gerson de Souza Oliveira e Cláudio Roberto Ribeiro Martins, estabelece um diálogo introdutório e reflexivo sobre a importância de pensar o mundo a partir da Geografia com os seus principais instrumentos de análise: Espaço, Território, Paisagem e Região.

Pertencente a área das Ciências Humanas e Naturais, o conhecimento geográfico aqui abordado, oferece um subsídio teórico para professores desta e de outras disciplinas, além de sua contribuição à militância dos Movimentos Sociais. É uma leitura e interpretação da Geografia com um olhar crítico da realidade a partir do chão da luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras que ousam construir sua história mesmo que a contrapelo.

Boa leitura !!

Marília e Iaras, 17 de abril de 2022

*Angelo Diogo Mazin,
Araê Lombardi,
Daniela Bittencourt Blum,
Henrique Tahan Novaes,*

*João Henrique Pires,
Joice Aparecida Lopes e
Rogerio Gomes*

Coordenadores do Curso Técnico, integrado ao
ensino médio, em Agropecuária, com ênfase em
agroecologia e agroflorestal

Escola de Educação Popular
Rosa Luxemburgo

Convênio UNESP - Centro Paula Souza –
Pronea- Incra

*Bruno Michel da Costa Mercurio,
Claudia Maria Bernava Aguillar,
Lais dos Santos, Luiz Roman,
Natalia Dorini de Oliveira e
Theo Lubliner*

Produtores de Material Didático do Curso
Técnico, integrado ao ensino médio, em
Agropecuária, com ênfase em agroecologia e
agroflorestal

Apresentação

Reunimos neste material um esforço teórico e militante. Primeiro em nos desafiar a escrever um texto coletivamente para atender à tarefa demandada pela coordenação do Curso médio-técnico integrado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em parceria com a Universidade Estadual Paulista/ Unesp de Marília e o Centro Paula Souza (ETEC/ Paraguaçu Paulista). Segundo, em buscar sistematizar de forma muitíssimo breve, um texto que pudesse ao mesmo tempo contribuir em certa medida para a reflexão teórica e o ensino da geografia em cursos desta natureza, mas não somente. A realização disso só foi possível pela confiança depositada por parte da Coordenação Política Pedagógica (CPP) deste curso, do engajamento deste grupo e, sem dúvida, por poder contar com grandes autores e historiadores da ciência geográfica que nos oferecem a matéria prima necessária para tal, falamos especialmente de grandes pensadores como Milton Santos, Nelson Werneck Sodr e e Antonio Carlos Robert Moraes que não habitam

mais este mundo e Ruy Moreira que segue dando sua contribuição à luta e ao pensamento crítico.

Uma pequena ressalva sobre a natureza deste material. O objetivo priorizado aqui foi apresentar uma breve introdução sobre aspectos históricos levantando questões sobre a gênese e natureza do conhecimento geográfico até a constituição da Geografia como uma Ciência. Trata-se de um esboço de fato introdutório, considerando o tamanho da empreitada, ainda assim, esperamos que contribua do ponto de vista pedagógico em caracterizar a particularidade desta ciência na apreensão da realidade, bem como situar o que ela oferece em termos de possibilidades conceituais para leitura e interpretação do mundo sob o enfoque geográfico e, mais ainda, fortalecer as ferramentas teóricas e analíticas imprescindíveis àqueles que lutam e constroem cotidianamente os espaços de esperança e territórios do poder popular dos trabalhadores/as seja no campo, na cidade, nos interstícios dos espaços hegemonzados pelo capital.

O texto que segue está organizado basicamente em três partes. Uma primeira parte de contextualização histórica, na qual apresentamos alguns elementos sobre a origem e natureza do conhecimento geográfico, desenvolvido pelos povos desde os tempos mais primitivos em seu processo de produção material da

existência. Elencamos nesta parte algumas referências fundamentais de estudos e pensadores que trouxeram contribuições para a geografia na Antiguidade e Idade Média, transcorrendo um longo período da história humana, até a completa afirmação e efetivação da Geografia enquanto ciência e disciplina acadêmica na emergência da Modernidade. Uma segunda parte, na qual apresentamos de forma sintética a elaboração teórica e política que resultou na construção das “categorias-chave” que formam a ossatura, o instrumental conceitual da Geografia enquanto ciência moderna. E uma terceira parte, seguindo orientação de apresentar de forma resumida a formação histórica da ciência, oferecemos uma pequena discussão sobre o conhecimento geográfico a partir de sua apropriação ideológica, do ponto de vista do exercício do poder para dominação territorial, da Geografia Política ou da chamada Geopolítica. Seguindo a orientação ortográfica brasileira, empregamos a palavra Geografia com letra maiúscula, como nome próprio, referente à ciência e disciplina acadêmica; e geografia, com g minúsculo, para nos referirmos ao sentido mais amplo, usual e comum da palavra geografia para designar processos, fenômenos, etc.

Esperamos por fim que tenhamos atingido o objetivo de estimular os estudos da Geografia e que este possa ser um instrumento de reflexão crítica e apoio à prática docente deste e outros cursos.

Uma boa leitura e um ótimo estudo!

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

“Existem apenas duas classes sociais, as dos que não comem e as dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem”.

Josué de Castro in “Geopolítica da fome”, 1961.

1

O que entendemos por ciência e conhecimento?

Ao iniciar o estudo de uma determinada teoria, ciência ou disciplina, é comum buscar saber qual o seu objeto de análise e de investigação. Quais recursos e metodologias são empregados para realizar tal finalidade? Via de regra, escapam da problematização questões primordiais como: qual a função social cumpre este conhecimento? A quais interesses ele atende? Qual o poder explicativo deste conhecimento para desvelar e melhor compreendermos o mundo e seus processos naturais ou sociais?

Estas indagações devem ser consideradas para além de um ponto de vista meramente epistemológico ou gnosiológico, quer dizer, não podem ser respondidas unicamente por procedimentos formais e metodológicos tidos como científicos e nem só por meio de elaborações sobre a natureza, limites e possibilidades do intelecto em conhecer a

realidade ou qual seria a melhor e mais legítima forma de conhecer as coisas.

De um modo geral nos estudos acadêmicos na relação *sujeito – objeto*, há certa convenção dogmática sobre o papel ativo do *sujeito* que indaga (“explica”) um determinado *objeto* (passivo) inerte às indagações para ser explicado. O sujeito ativo, em posse de um poderoso arsenal teórico dirige-se ao objeto para aplicar teorias, metodologias, modelos que irão decifrar/explicar tal fenômeno estudado. Se a explicação não convencer ou o arsenal empregado não lograr atingir satisfatoriamente o objetivo, então deve-se rever os recursos ou substituir por outros até que se atinja o objetivo científico esperado. Em nossa compreensão esta é uma concepção polarizada e distorcida do processo cognitivo, pois na relação acima, o foco está no sujeito e suas capacidades intelectivas e não no objeto, nos complexos que articulam a realidade a ser conhecida. Entretanto, essa ‘forma acadêmica’, principalmente empregada no meio universitário, institucionalizou esta fórmula-padrão na teoria do conhecimento, obliterando a real e rica produção do conhecimento substanciada na objetividade da realidade concreta, o percurso de ir do abstrato ao concreto pensado. Em não poucos os casos na produção científica atual, a ilustração e requinte do discurso, da forma narrativa, sobrepõe a própria capacidade

explicativa, de apreensão do fato em si ou tema tratado, que deveria ser analisado em profundidade.

Nesta parte introdutória não é nosso objetivo fazer a crítica à teoria do conhecimento dominante na Geografia e nas ciências humanas em geral, preocupadas com o conhecimento *em si*, com a mera autoafirmação da ciência e seus estatutos conceituais e categoriais. Apenas contextualizamos este debate para podermos evidenciar a posição assumida por este grupo em relação a este tema. Para tanto, apresentamos de forma breve e historicizada a natureza do conhecimento geográfico e a Geografia, suas características fundamentais que a particulariza como uma ciência e suas especificidades no conhecimento do real.

É próprio do positivismo (como veremos) colocar de um lado a *realidade em si* e do outro o constructo teórico-conceitual do “pensamento científico” que se propõe a explicá-la. Antes de pensarmos nas definições para o caminho que vamos percorrer neste estudo sobre a Geografia é importante, previamente, comentarmos sobre o que é o próprio **conhecimento** (?). Esta não é uma pergunta simples, pois demandaria responder outras questões importantes como: *o que é e quem é este ser social que cria e produz o conhecimento?* Na tradição crítica aprendemos que estas questões são fundamentais para

compreendermos as formas de consciência e a natureza do próprio conhecimento que tem suas bases fincadas no **trabalho** que é a categoria fundante do ser social.

O conhecimento é em termos gerais a tomada de consciência sobre algo ou alguma coisa. Resulta de um processo intelectual e **prático-sensível** do ser social na apreensão do mundo, portanto tem uma dimensão empírica, mas vai além disso, pois também é caracterizado a partir dos acúmulos de experiências e aprendizados que redefinem e enriquecem o pensamento humano e a prática dos sujeitos na realidade.

Por outro lado, além desse processo primário de aprendizagem, quase que passivo e natural, a partir dos sentidos e percepção, o conhecimento deve ser compreendido também em sua amplitude e especificidade. Por um viés crítico, conhecer é sempre conhecer alguma coisa, em algum lugar, num dado momento histórico, a partir de determinados recursos, etc. isso quer dizer que o ato de conhecer é relacional, por isso exprime algumas características do sujeito do conhecimento, seus pressupostos e posição ocupada na sociedade ou no modo de produção correspondente que a rege.

O conhecimento é relacional também no sentido de que, quanto mais se avança, aquilo que era anteriormente desconhecido vai sendo

superado e surgem novas questões e possibilidades de conhecer numa espiral que nunca cessa. O objeto conhecido, convertido em concreto pensado (uma totalidade), é só o ponto de partida para novos processos a serem conhecidos, novas totalidades concretas a serem desnudadas, e isso, infinitamente. Nesse ponto, o movimento do conhecimento demanda a elaboração de um processo sistemático para demarcar o ponto de partida e na onde se quer chegar neste percurso, se houve saltos, rupturas ou continuidades. O ato de conhecer - de apropriação da matéria, da natureza, do desconhecido - requer método e prerrogativas metodológicas que orientem o sujeito no esquadramento daquilo que deseja conhecer, entretanto isso não se dá à priori, mas desde a construção do próprio objeto e fundamentalmente no seu percurso. O objeto estudado demandará recursos metodológicos e tomadas de decisões específicas sobre como deve proceder o sujeito que investiga para melhor apreendê-lo em seu movimento contraditório que lhe dá concreitude.

No caso da Geografia, uma definição comumente empregada e pouco precisa, é a de que seu objeto de estudo é o **espaço** e este sendo produzido pela dinâmica de relações dos seres humanos com o meio e consigo mesmos. Esta abordagem conceitual é diferente, portanto,

daquela dada pela física, a matemática etc., pois para nós se trata do espaço produzido e expresso na ação humana. Esta definição é bastante abrangente e, por conseguinte, vaga, o que coloca um imenso desafio para a ciência geográfica e para aqueles e aquelas que se utilizam dela para explicar o mundo que habitamos. A definição de ser o espaço geográfico o objeto central, na verdade, pode ser aplicado à praticamente todas as ciências. Ou seja, não é uma exclusividade da Geografia o estudo do espaço. Também não é este objeto (o espaço geográfico) que faz da geografia uma ciência, mas sim a forma específica como esta disciplina e campo de estudo, explica o mundo e a realidade concreta.

O espaço geográfico é a expressão do movimento e instância na qual as coisas acontecem, sempre determinado a partir das ações humanas que fundam todo o sistema de relações sociais. Milton Santos, o mais conhecido geógrafo brasileiro, em seu livro a “Natureza do espaço” (2008), enfatiza e destaca as ações dos indivíduos como força motriz do espaço, pois anteriormente os geógrafos não levavam em consideração a ação humana. Ou seja, bastavam apenas medir o espaço, classificar e coletar os objetos ali localizados e dispersos. Porém, não se indagavam sobre “de que maneira?”, e/ou, “quais as intenções?” que

resultaram na construção desses objetos ou, a partir destes, reformular outros arranjos espaciais. Com isso, a Geografia foi levada a estudar com mais afinco as relações sociais conflitivas de interesses no capitalismo, inerentes à construção desses objetos. O espaço é assim, a um só tempo, relação social e matéria, produto/coisa e relações de produção. Deste modo, Milton definiu que as análises sobre o espaço dependem de compreender as ações, ou melhor: o espaço se faz por um sistema de ações e um sistema de objetos, compreendidos conjuntamente.

Vale ressaltar que o espaço físico ainda se mantém: a medida das distâncias (quantificação), tipo de vegetações observadas, o relevo, etc., mas, é necessário pensar que a sociedade está alterando o meio físico, e para isso, estabelece também relações sociais. Por exemplo, a construção de assentamentos rurais não apenas representa transformação da natureza, mas também a relação social, a luta, que o constituiu. Por esta compreensão, o assentamento de reforma agrária - este território específico dentro do espaço - é a **forma** resultante de um processo social de luta e organização popular dos/as trabalhadores sem terra.

O geógrafo escocês Neil Smith faz exatamente esta relação entre 'espaço físico e

espaço social' para definir o espaço geográfico como uma unidade do diverso:

por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social. (SMITH, 1988, p. 120)

O espaço geográfico é determinado, portanto, no movimento contraditório, de acordo com a dinâmica socioespacial, física e temporal da sociedade de classes, do modo pelo qual se organiza as pessoas, as coisas, o trabalho e a relação com a natureza. Tomemos como exemplos empíricos a materialidade da cidade com suas casas, edifícios, comércio, serviços, indústrias; o trânsito caótico em vias planejadas, irregulares ou não pavimentadas; fluxos de pessoas, caminhando, pedalando, dirigindo, trabalhando, relacionando-se, etc.; as chuvas e enchentes, a poluição do ar, áreas mais verdes com árvores, quase sempre as mais valorizadas e áreas carentes de infraestrutura, com arruamentos e moradias precárias sem presença do verde, altas temperaturas e grande

concentração humana. Vejam que sem citar qual seria esta cidade imaginária, nós construímos mentalmente uma paisagem do espaço urbano ou relacionamos a alguma cidade que conhecemos. Do mesmo modo poderíamos fazer este exercício em relação ao campo. Imediatamente ao utilizar a palavra campo ou rural somos levados a construir uma ideia, as vezes até idílica, do que seria este espaço. Pensamos na plantação e lavoura dos cultivares; a natureza, floresta, mata, rios; o trator, o maquinário, o agronegócio com a monocultura etc.; os arames da cerca do latifúndio, a luta pela terra, acampamentos e por aí vai.

Milton Santos (2008) sintetizou que a Geografia como disciplina deve estudar “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço”. Estes sistemas, pertencendo a um conjunto, não devem ser considerados isoladamente, mas como “um quadro único onde a história se dá”, diríamos que o espaço expressa fisicamente a própria história humana em movimento, pois, o espaço reúne “a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 2008, p. 62-63).

A realidade se transforma a partir de nossas ações, mesmo que independente da nossa vontade e em circunstâncias previamente determinadas. Mas para transformar é preciso conhecer em profundidade para saber o que

precisa ser transformado. O trabalho, segundo Marx, deve ser entendido como meio (mediação) que se coloca na relação entre sociedade e natureza. Por meio dele, é posto em movimento o metabolismo humano capaz de satisfazer necessidades, de transformar a natureza e, através disso, revolucionar o conhecimento de si e do mundo, progressivamente transformando o natural e a si mesmo em uma relação dialética. É neste processo que se produz e reproduz o espaço geográfico.

2

A “pré-história” da Geografia e do conhecimento geográfico

A Geografia, como a maior parte das disciplinas acadêmicas, é oficialmente definida e ensinada como uma ciência moderna, ou seja, que se consolidou e foi reconhecida com *status científico* no século XIX. No entanto, pretendemos aqui fazer um rápido percurso através das origens do conhecimento geográfico ou do que Nelson Werneck Sodré definiu como a “pré-história” da geografia como objeto do conhecimento humano, como forma de conhecer o mundo, ou mesmo, enquanto uma práxis social dos indivíduos, grupos ou povos humanos sobre o planeta ao longo dos tempos.

Se partirmos da definição encontrada no dicionário, a palavra geografia é apresentada como sendo a *descrição da terra*. A própria acepção dos dois radicais que formam a palavra deixa evidente: **geo** (Terra) + **grafia** (escrita, descrição). A junção destas duas palavrinhas dá uma definição ampla e ao mesmo tempo vaga e superficial sobre a significação do *que é a*

Geografia, entretanto, esta noção simples é muito comum e difundida sobre esta ciência. Em outro sentido, alguns poderiam dizer que estudar a terra, a superfície terrestre ou o mundo é o objetivo de modo geral, do conjunto das ciências existentes, por este motivo no que residiria a particularidade ou “o que diferenciaria a Geografia das outras ciências neste tipo de estudo”?

A definição da geografia como *descrição da terra*, mesmo sendo muito limitado, é o elo que mantém o vínculo de unidade de certa concepção da geografia presente desde seu surgimento e prática na Antiguidade Clássica até a emergência das revoluções burguesas que fundaram a era moderna e a constituição do capitalismo como novo modo de produção hegemônico.

Ao dizer que esta definição é o elo (de ligação), não estamos dizendo que a geografia atravessou um desenvolvimento linear e cumulativo desde a antiguidade até a contemporaneidade. Queremos dizer tão somente que esta concepção é um ponto de partida. Uma chave para compreender a geografia ou a peculiaridade do *saber geográfico* que é, em última instância, determinado pelo modo como os seres humanos se apropriam da natureza e organizam-se em sociedade, por isso a ideia de *elo* ou de *fio condutor*.

No sentido amplo, fazendo uma primeira aproximação, diríamos que a geografia é uma forma de ver o mundo, de enxergar a realidade, mas que tem sua substância no desenvolvimento histórico e contraditório da humanidade em permanente relação com a natureza, dito de outra forma, a geografia pode ser tomada como a própria história humana em movimento, fazendo-se tempo e fazendo-se espaço.

Dito isso, entraremos brevemente neste vasto território da geografia buscando situar sua dimensão histórica e empírica como conhecimento necessário, acumulado e desenvolvido pelos povos, Estados e os indivíduos humanos desde os tempos mais remotos do surgimento da humanidade. Trata-se, a bem da verdade, de um intento muito mais modesto no qual apresentamos apenas de forma introdutória - mas buscando fortalecer um argumento central - sobre a especificidade do conhecimento geográfico.

Ao se estudar as formas de organização da vida social, de produção e distribuição dos recursos e excedentes nos diferentes períodos históricos da humanidade, verifica-se a existência de diferentes configurações e arranjos espaciais. Uma *leitura geográfica* da história permite observar a organização social, política, econômica e cultural dos povos e sociedades na formação do espaço geográfico e como este foi

sendo modelado e redesenhado ao longo da trajetória humana. Obviamente não se trata de um processo restrito unicamente à modelagem do terreno, mas uma totalidade de elementos socioespaciais, um conjunto de relações que implicam e partem do grau de desenvolvimento da produção material, da técnica e do trabalho seja agrícola, industrial, extrativista, de caça, coleta, etc. O grau de desenvolvimento atingido, de especialização e também de divisão social do trabalho demarca, por si, a escala e a *territorialidade* abrangida por essa sociedade, independente do tipo de organização do território, exemplo: aldeia, reino, império, clã, tribo, cidade, comuna, etc. Seja qual for o formato da extensão abrangida por seu território, este agrupamento social, via de regra, também se organizará em torno da defesa contra intempéries, de suas riquezas, contra inimigos externos, estabelecimento de regras para vida em sociedade e promoção daquilo que é comum.

Da mesma forma que a base material das sociedades é determinada pela relação entre os meios de produção e as relações de produção, o espaço geográfico também é determinado, em primeira instância e não última, pela produção material; pela forma como se organiza produção, distribuição, consumo e apropriação do excedente. Estas são determinações mais gerais correspondentes ao sistema econômico que rege

a sociedade como um todo e devem ser consideradas as devidas contradições, limites e possibilidades do processo histórico da luta de classes. Lembremo-nos aqui da célebre e bastante repetida frase de abertura do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (1848), quando diz: “A história de toda sociedade até nossos dias, é a história da luta de classes”.

Muito antes de ser organizada como uma ciência, com um *corpus* teórico e metodológico de análise da realidade e dos fenômenos da natureza, a geografia já se fazia presente como um conhecimento empírico, resultado da necessidade objetiva da sobrevivência, de interpretação da realidade e do fazer humano em geral. Desta forma, cada formação, coletividade ou agrupamento social produziu e produz o espaço por meio da objetivação do trabalho, ao se relacionarem com a natureza e entre si; ao organizarem a defesa de seus territórios ou atacarem outros; na procura por água, alimentos e abrigo; na definição e registro dos caminhos percorridos, no cálculo das distâncias, etc.

Todas estas atividades e ações transformam e modificam o que antes era natural, impõem uma nova ordem de coisas, projeta formas, relações e objetos. Define uma espacialidade. O espaço geográfico, por isso mesmo, é produto e expressão de um determinado momento histórico do fazer

humano. Significa dizer que esta materialidade da existência, da busca incessante pela satisfação das necessidades físicas ou subjetivas, desde os tempos mais remotos, produziu, produz e expressa a geografia dos povos, dos lugares, dos territórios, do movimento real e concreto da vida.

O espaço geográfico, resultado da ação humana, logo, é inerente à história da humanidade. Partindo de uma definição livre da palavra como apresentamos no início, diríamos que é a própria “inscrição” humana na terra promovida através do trabalho. Entretanto, a historicidade desta experiência humana ao longo dos tempos, bem como as formas de representação espacial ou cartográfica desse *fazer humano* realizado pelos povos antigos, é um tema que atrai interesse de pesquisa por parte dos cientistas, geógrafos, antropólogos e historiadores.

Um exemplo interessante neste sentido foi a descoberta recente por pesquisadores da Universidade de Zaragoza na Espanha, do que seria a representação gráfica ou o “mapa” mais antigo do mundo, cravado em um pequeno fragmento de rocha, popularmente conhecido como “pedra”, em uma caverna em Abauntz, região espanhola de Navarra. A ilustração, de acordo com os pesquisadores, data pelo menos de 14.000 anos atrás e descreve uma paisagem

com montanhas, curso de rios, animais e áreas para caça, etc. Não se sabe exatamente por qual motivo o mapa teria sido feito, mas certamente sua importância está no fato de nos permitir conhecer mais sobre a percepção espacial, o planejamento e a organização do modo de vida dos primeiros humanos modernos, disse uma das pesquisadoras¹.

O fato é que apesar do conjunto de pesquisas sendo realizadas, ainda conhecemos pouco sobre os aspectos históricos e arqueológicos do conhecimento geográfico para os viventes mais antigos, principalmente o que não faz parte do chamado “Mundo Ocidental”. Via de regra (e essa crítica vale inclusive para este texto), parte-se da matriz greco-romana para buscar as raízes, os fundamentos da filosofia, das ciências, da política, da arte e, por conseguinte, da denominada “cultura universal”. Pouco ou nada se discute no ensino escolar sobre os povos e sociedades que a antecederam e/ou foram contemporâneos como os egípcios e

1 Verificar maiores detalhes em: < <https://www.fapema.br/index.php/pesquisadores-decifram-o-mapa-mais-antigo-do-mundo/#:~:text=cifrar%20o%20mapa%20mais%20antigo,representa%C3%A7%C3%A3o%20humana%20de%20uma%20paisagem.>>, acesso em 09/09/2020.

demais povos africanos, os povos mesopotâmicos, os persas ou ainda a influência asiática, árabe ou dos povos pré-colombianos da América Latina em nossa cultura, para ficar somente nestas referências.

Obviamente não se deve desconsiderar e deixar de compreender em profundidade a contribuição cultural dos gregos na história humana, inclusive analisando as interconexões e relações culturais estabelecidas entre os distintos povos. Não é disso que se trata! Construir uma sociedade verdadeiramente emancipada pressupõe ir além da história tradicional, unidimensional, patriarcal, colônialista, branca, racista, xenofóbica, rompendo com o *pensamento único*, restrito para avançarmos no sentido daquilo que definiu o grande geógrafo Milton Santos, como sendo uma *consciência universal*².

Nelson Werneck Sodré, além de outros autores, argumenta que o conhecimento geográfico foi sendo acumulado e produzido desde os tempos mais antigos, o que o permite afirmar que *a Geografia é talvez a ciência de história mais longa*, mais antiga; praticada desde os primórdios do surgimento das comunidades

2 Conferir o livro *Por uma outra globalização*, lançado pela editora Record, no Rio de Janeiro, em 2000.

gentílicas ainda na chamada pré-história da humanidade (SODRÉ, p. 13, 1982). Concor- dância ou não com esta afirmação, é preciso entender a palavra geografia aqui mais como sinônimo de um tipo de conhecimento geográfico e não como a ciência que ainda não havia sido organizada como tal. Na compreensão de Sodré, este conhecimento era desenvolvido através da dispersão e mobilidade dos primeiros grupos humanos pela superfície terrestre, acumulando conhecimentos de diferentes regiões e construindo diferentes formas de se relacionar com a natureza. *Quaisquer que fossem os motivos dos deslocamentos e das migrações mais antigas[...] elas levaram ao conhecimento mais amplo da superfície da Terra.* É através deste “material geográfico” que, em sua opinião, foi possível reunir e transmitir os primeiros registros e conhecimentos geográficos sobre as características físicas, climáticas, ecológicas ou naturais de inúmeras regiões do globo terrestre.

A pesquisa histórica e etnográfica sobre os povos, apontam evidências do domínio de conhecimentos geográficos, não somente os que ficaram registrados na forma escrita, que abordam conhecimentos tematizados pela Geografia já no período antigo, desde os egípcios no norte da África até os gregos na região do Mar Mediterrâneo. Há vários estudos que atestam o Egito como o “berço das primeiras civilizações”,

por isso, sem dúvida as relações culturais e de trocas nesta faixa terrestre do globo foi intensa na antiguidade entre os diversos povos que formavam a ampla e próspera região do chamado *crescente fértil*. Esta era conformada pelo arco que se estendia das margens do rio Nilo no Egito, compreendendo a porção oeste do mar mediterrâneo até os povos habitantes da região mesopotâmica, território formado entre os rios Tigres e Eufrates (é onde se localiza atualmente o Iraque e Kuwait).

A existência deste “berço de civilizações” durante um longo período histórico, foi profundamente rico do ponto de vista cultural, econômico e vários outros aspectos como astronomia, geometria etc., lançando bases para o pensamento e compreensão do mundo com grande influência sobre o desenvolvimento humano-societário, em especial, a parte do nosso hemisfério, pretensiosamente denominado ‘mundo ocidental’. Por mais que a historiografia oficial (referimo-nos à concepção eurocêntrica do mundo) insiste em não considerar ou restringir a contribuição destes povos unicamente para a parte oriental do mundo, eles possuem um vasto legado contributivo com desdobramentos para toda região mediterrânea; para os gregos particularmente que são reivindicados como referência suprema para o ocidente e, de modo amplo, para o mundo árabe e oriente médio,

norte da África e vários povos asiáticos. Apenas como ilustração, a chamada *Rota da Seda*, uma importante rota comercial entre o oriente com o ocidente que vai se desenvolver amplamente a partir do século II a.C., atravessava toda a extensa Ásia para chegar à Europa, fortalecendo a região mesopotâmica, no oriente médio, como um polo econômico da mais alta importância mundial.

Portanto é fundamental estudar os processos históricos e espaciais a partir de sua dinâmica geográfica e interconexões estabelecidas entre os diversos povos, os interesses e conflitos de classe, disputa pelo poder, confluências, legados e heranças que os constituem.

Assentada sobre um regime de escravidão e um sistema de Governo descentralizado a partir das Cidades-Estado, a sociedade grega durante seu longo período de existência atravessou diferentes regimes desde a monarquia, oligarquia, tirania até a democracia [sempre] para as pessoas não-escravizadas. Resultado da arquitetura deste sistema de poder, os gregos conheceram a prosperidade e produziram um importantíssimo legado cultural para a humanidade. Isso também foi possível por beberem em ricas fontes na antiguidade por meio das relações comerciais e culturais na região do mediterrâneo e suas adjacências. Por

consequência os pensadores gregos lançaram bases para a reflexão filosófica e desenvolveram vários campos do conhecimento. Grandes nomes da filosofia, da matemática, das ciências na Grécia, estudaram, viajaram, viveram ou se formaram no Egito Antigo, a exemplo de Pitágoras, Platão, Demócrito, Hipócrates entre outros. A historiografia revela, inclusive, que vários dos campos do conhecimento desenvolvidos pelos gregos, tiveram sua origem e/ou já eram amplamente estudados no Egito antigo.

De acordo com a literatura usada para escrever este texto, os gregos foram os primeiros a desenvolver de forma sistemática os conhecimentos geográficos, embora estivessem contidos na maioria das vezes dentro das obras históricas ou filosóficas dos autores; foram eles que batizaram o estudo e o conjunto de conhecimentos sobre a superfície da terra como Geografia.

Na Grécia antiga é possível reconhecer delineamento de duas perspectivas de abordagens dos temas geográficos: uma representada por Tales de Mileto (624 a.C. — 546 a.C.) e Anaximandro de Mileto (610 a.C. — 546 a.C.) voltada para a medição do espaço e estudos sobre forma da Terra, subárea da geografia definida posteriormente como *Geodésia*. A outra com Heródoto (485 a.C. — 420 a.C.) que é

considerado o criador da História, um grande expoente entre os gregos que tratou amplamente dos aspectos geográficos em sua obra, especialmente na descrição dos lugares da superfície terrestre e as culturas nele existentes como forma de identificar uma determinada região, pode-se dizer que é o fundador da chamada *Geografia Regional*. Heródoto nasceu no atual território da Turquia e escreveu uma obra riquíssima; viajou pelas ilhas do Mar Egeu, pela região Sul da Itália, esteve na Mesopotâmia, no Egito e norte da África, atravessou o rio Nilo até chegar ao Saara.

Outra vertente dos estudos de Geografia na Antiguidade fundamentou o que seria denominado como *Geografia Geral*. Seria aquela abordagem relacionada mais diretamente às formas de relevo, à dinâmica física da terra, sua dimensão, posição espacial e assim por diante. Eratóstenes por exemplo, que viveu entre os anos 276-194 a.C., não só conseguiu demonstrar a existência da curvatura da Terra e calcular suas dimensões com notável precisão, mas também localizou mares terras, montanhas, rios e cidades no primeiro sistema de coordenadas geográficas, no qual já estavam presentes os dados de latitude e longitude.

Ainda no século quinto antes de Cristo, Hipócrates fez estudos geográficos propriamente ditos, no ano da morte de Heródoto publicou seu

tratado clássico “*Dos Ares, das Águas e dos Lugares*”, estabelecendo a distinção entre os povos das montanhas e aqueles das planícies de uma forma profundamente determinista contrapondo o “temperamento suave” dos primeiros pelo comportamento indócil, nervoso e arrogante do segundo pelas características físicas da terra, altitude e clima em cada local. Provavelmente Heródoto e Hipócrates sofreram influência direta de Hecateu de Mileto (550 a.C. - 480 a.C.) que fez, antes deles, o levantamento mais geral e abrangente sobre o mundo conhecido à época, dando sequência ao estudo e trabalho iniciado por Anaximandro de desenhar um *Mapa-múndi* representando a superfície terrestre.

São inúmeros estudos geográficos da Grécia do período pré-socrático até a época de Jesus Cristo durante o Império Romano, mas há um consenso de que a sistematização e organização do conhecimento geográfico na antiguidade ocorre com Estrabão, que viveu entre os anos 63 ou 64 a.C. até o ano 24 d.C. no contexto do domínio imperial romano. Este filósofo, geógrafo e historiador foi um grande enciclopedista e produziu uma obra monumental com 17 livros contendo um estudo sobre a história e geografia de povos, locais, região, paisagens de, praticamente, todas as regiões do mundo conhecido, conquistadas e/ou

dominados pelos Gregos e que seria utilizada em larga medida para a expansão do Império Romano, por ele defendido. Ao contrário dos gregos, Estrabão interessava mais por uma abordagem humana, defendia que a geografia não deveria se preocupar com o que estivesse fora do mundo habitado.

Estrabão foi sem dúvida um dos mais importantes geógrafos da Antiguidade e, de acordo com Ruy Moreira, é quem vai lançar as bases sobre vários dos temas que serão objeto da Geografia que viria depois, ou seja, vai fundamentar num certo sentido a própria natureza da geografia concebida desde o século I até os dias de hoje. Na avaliação de Moreira, é possível identificar um “fio condutor” na concepção da geografia da Antiguidade até o período contemporâneo: *O homem, a terra, a vida e a felicidade, as relações que os enlaçam na totalidade dos modos de vida variáveis no espaço e no tempo é o que de Estrabão até hoje definem a geografia e seu modo de envolvimento* (MOREIRA, p. 04, 2009).

Anos depois da época em que viveu Estrabão, Cláudio Ptolomeu se tornou o grande matemático, astrônomo e estudioso que trouxe fortes contribuições ao conhecimento da Terra, especialmente à cartografia e, por conseguinte, à própria geografia com a criação de projeções planisféricas, sistemas de localização por

latitude e longitude, além da compreensão sobre a variação do dia e da noite a partir da linha do equador. Ptolomeu é conhecido como um grande cientista grego, mas nasceu no Egito no ano 90 d.C. onde viveu grande parte da sua vida até seu falecimento aproximadamente no ano 168 d.C. Viveu no período da civilização romana e pode ser definido como o último grande pensador da Antiguidade. Suas obras *Geographia* (editada em oito volumes) e *Síntese Geográfica*, que em árabe foi traduzida com o título *Almagesto* (O grande tratado), “vai constituir-se em um dos principais veículos que resgatam as descobertas do pensamento grego clássico durante a Idade Média” de acordo com o professor Antonio C. R. de Moraes (2005).

Não é demais afirmar, como já o fizemos, que Ptolomeu era egípcio nascido no norte da África e não de origem grega como é ensinado. E isso vale para inúmeros outros pensadores comumente identificados como sendo de origem grega. Ptolomeu em sua época soube aproveitar a riqueza de conhecimento da cultura greco-romana, o que lhe permitiu dar contribuições científicas valorosas e sistematizar uma gama de conhecimentos fundamentais para as ciências, particularmente a geografia, a matemática, etc. Sua teoria do *geocentrismo* (a Terra como centro do Universo) vai predominar durante mais de 14 séculos, sendo superada somente a partir das

descobertas astronômicas realizadas no século XVI e XVII por Copérnico sobre o *heliocentrismo* e, posteriormente, por Galileu Galilei e Isaac Newton, que irão revolucionar toda a compreensão de mundo e do universo até então, alterando de modo radical a própria concepção do tempo e do espaço, para além do campo da física inclusive.

A obra de Ptolomeu foi tão importante que alguns historiadores da geografia afirmam que ela encerra a primeira etapa desta ciência, como um fechamento de um rico e longo ciclo de acúmulos. Sua contribuição foi fundamental para estabelecer a síntese do pensamento grego, mas não somente, também pode ser considerada como expressão e síntese do conhecimento e descobertas científicas alcançadas no Egito antigo e região mediterrânea desde as épocas mais remotas. A densidade das formulações científicas desenvolvidas por Ptolomeu, assim como de Aristóteles em matéria de filosofia, só será superada no período das grandes descobertas do período renascentista.

De um modo genérico³ é possível afirmar que na Antiguidade foram dados passos

³ Genérico porque essa afirmação carece de maior desenvolvimento das pesquisas historiográficas sobre o tema.

importantes para o desenvolvimento do conhecimento geográfico, “às vezes vagarosamente, às vezes erradamente”. A Geografia deste período pode ser resumida como uma ampla compilação de conhecimentos, ainda que misturados ou, muitas vezes, subordinado a outros conhecimentos tidos como principais como a filosofia, a história, etc. O acúmulo de um conjunto de conhecimentos geográficos, ainda que quantitativamente reunidos, contribuíram para o desenvolvimento geral das etapas preliminares das ciências e “estavam condicionados à concepção que os antigos tinham do mundo em que viviam, ao grau de desenvolvimento social atingido” (SODRÉ, 1982, p. 18-19).

O declínio e posterior queda do Império Romano com o esfacelamento e fragmentação do poder centralizado no ocidente entre os séculos IV e VI (d.C.), vai deslanchar um longo período de turbulência e, ao mesmo tempo, estagnação e redução das atividades nos domínios da cultura. Inicia-se o “período das trevas” com a Igreja Católica, associada às aristocracias, sendo o maior poder na Europa cristã. Única instituição centralizada com poder e trânsito sobre todos os feudos, por esse motivo, exercia o controle sobre a ciência, a vida cotidiana, social e individual a partir da interpretação da Bíblia e, no período de

maior rigidez, através da coerção física com a vigência da *Santa Inquisição*.

Durante o longo período da denominada Idade Média, iniciada pela derrocada do Império Romano do Ocidente (a parte oriental ainda perduraria por cerca de 10 séculos), assentado no escravismo, a Geografia terá pouquíssimas e esparsas contribuições significativas. Toma lugar na Europa neste período a expansão árabe muçulmana que exercerá forte influência cultural e política na maior parte do continente. É sob esta influência que a cultura grega será amplamente disseminada na Europa por intelectuais árabes, especialmente promovida no período do Califado de Córdoba (SODRÉ, 1982).

Na Geografia surgiram nomes importantes como Muhammad al-Idrisi, nascido em Ceuta (1099) e falecido na Sicília em 1165 (ou 1166), foi um geógrafo muçulmano, cartógrafo, egiptólogo e viajante. E Ibn Khaldun, nascido em 27 de maio de 1332 na Tunísia e falecido em 17 de março de 1406 no Cairo. Ibn foi um polímata árabe, ou seja, detentor de uma gama de conhecimentos envolvendo desde a geografia e história passando pelo direito, astronomia, à matemática, economia, filosofia, estratégia militar. Como viajante conheceu o norte da África, andou por grande parte da Europa e Ásia, passando pela Palestina, China e Índia.

Ibn Khaldun certamente foi um dos maiores pensadores do período *pré-moderno*, escreveu uma verdadeira obra prima que o coloca como um precursor de várias ciências humanas que surgiram no período moderno, mais de quatro séculos depois do período em que viveu. Entre os vários de seus escritos, sua grande obra, denominada em árabe de *Muqaddimah*, foi escrita em três volumes e foi traduzida para o português sob o título de *Prolegômenos* I, II e III. Engloba um conjunto de conhecimentos sobre a organização da sociedade em sua época e de sociedades e impérios do passado. Ele construiu e apresentou nesta obra um rigor metodológico nunca antes experimentado no campo da história e da geografia, que coloca sua contribuição como indispensável para quem deseja conhecer em profundidade a organização social, econômica e política do período dos árabes e da Idade Média como um todo.

A efusão cultural dos árabes na Europa neste período provocará e possibilitará transformações fundamentais para o início das grandes navegações, a expansão mercantil e o domínio europeu sobre os povos do “além-mar”. Citemos como exemplo o aperfeiçoamento da bússola e a difusão do uso do astrolábio no século XIII e XIV; bem como a criação das caravelas com velame longo e bordas altas para maior segurança em

alto mar. O avanço técnico foi verificado a partir do século XV com as novas *Cartas Portulanas*, proposta e apresentada pelo veneziano Andréa Blancho em 1436.

Com base nas informações e autores que trouxemos até aqui, é possível observar que o repertório da geografia foi sendo construído e desenvolvido ao longo destas experiências humanas que preenchem e entrelaçam os fios da história. Interessante notar, neste processo, que o ‘fazer’ da história humana é um ‘fazer espacial’ e cada vez mais que o indivíduo toma consciência disso, da sua ação e seu impacto no meio, ele toma consciência do seu fazer, do espaço geográfico como constructo humano. Obviamente que as concepções sobre o que é espaço e as formas de compreendê-lo passaram por profundas modificações em decorrência da própria evolução das lutas de classes, de interesses e do próprio conhecimento de mundo correspondente às condições da vida material desenvolvidas neste longo período de existência da humanidade.

A geografia, portanto, desde a sua “pré-história”, era praticada e desenvolvida como um conhecimento necessário à existência dos diferentes povos, mas ainda pouco objetiva e carente de forma, métodos e técnicas. Mas é sobretudo na Antiguidade, no longo período de organização das sociedades da região do mar

Mediterrâneo, do rio Nilo e da Mesopotâmia que datam os primeiros e mais antigos registros escritos sobre diversas matizes do conhecimento geográfico, via de regra, elaborados a partir da descrição de aspectos físicos e naturais, dos lugares, regiões e povos. Obviamente pelo que sabemos até hoje, pois a história do passado também vem sendo constantemente reconstruída no presente com base na pesquisa.

Ao transformar o espaço material, terrestre, para criar as condições de produção da existência humana no planeta, a humanidade ao mesmo tempo cria um novo espaço (uma nova natureza), uma nova espacialidade e uma nova consciência do ser-no-mundo. O trabalho é a mediação fundamental deste processo de apropriação dos humanos sobre a natureza e modificação tanto da natureza como de si mesmos. Sodré ressalta sobre esta época que a Geografia, enquanto campo específico, ainda era desimportante e tributária de outras áreas do conhecimento; estava carregada de mitos, lendas e deformações que escondiam o que havia de *verdadeiro* e *duradouro*. “Seu desenvolvimento, visando sua futura autonomia, estaria ainda, e por muito tempo, na dependência das áreas, científicas ou não, de que o homem se servia para sobreviver e progredir”. (SODRÉ, 1982, p.19).

Não há uma correspondência direta e objetiva do desenvolvimento do conhecimento geográfico com o grau de desenvolvimento da sociedade, do processo de trabalho, da organização social, produtiva e cultural dos povos, ou seja, do espaço geográfico. Entretanto, quanto mais desenvolvida a sociedade em termos de educação, de planejamento, controle dos meios de produção e ordenamento espacial mais igualitário, possivelmente, melhor apropriado deverá ser a geografia na vida das pessoas. Queremos dizer com isso que, se o desenvolvimento das ciências não mais manter relação com o domínio de uma classe sobre a outra, a geografia concebida e apreendida poderá (e deverá) sem dúvida contribuir muito para a emancipação em termos de conhecimento e organização da sociedade.

A Geografia a partir do fim do Império Romano, durante a Idade Média até a derrocada do feudalismo é marcado por um longo e descontínuo processo de desenvolvimento [...] a sua sistematização como um campo específico do saber, como ciência moderna, foi resultado do processo de organização dos Estados Modernos e estruturação do capitalismo no século XIX.

Nas palavras diretas de Moraes (2005, p. 53) “todas estas condições materiais para a sistematização da Geografia são forjadas no processo de avanço e domínio das relações

capitalistas. Dizem respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, subjacente à emergência do novo modo de produção”. Passemos agora à história da Geografia, oficialmente aceita e narrada como caracterização de sua origem, os autores precursores, suas categorias e conceitos seminais que o estabelecem como ciência.

3

A Geografia como ciência moderna

O conhecimento geográfico presente na práxis espacial do trabalho e na reflexão humana durante dezenas de séculos desde a antiguidade, passaram a ser organizados e legitimados com o status de ciência autônoma somente a partir do final do século XVIII e início do XIX. Antes disso não é possível falar de conhecimento geográfico como algo padronizado, com unidade temática e de elaboração teórica, mas sim de um conjunto vasto e disperso de referências a temas geográficos. De acordo com o Ruy Moreira, estudioso do pensamento geográfico:

É entre os alemães que, por volta de 1754, a geografia inicia seu caminho para o *status* científico. Os passos nesse sentido são já nítidos nas discussões entre as duas vias que surgem: a geografia político-estatística e a geografia pura. A primeira dá prosseguimento metodológico ao que vinha sendo a

geografia desde os tempos de Estrabão, no século I, e ganha impulso com Varenius no século XVII. A segunda põe acento na questão dos limites naturais de um território, tema tipicamente da Alemanha de então e que virá despontar no final século XIX com Ratzel, particularmente. (MOREIRA, 1981, p. 20-21).

É em meio à unificação e consolidação dos estados nacionais, bem como, à afirmação do modo de produção capitalista ao longo do século XIX que as chamadas *ciências modernas*, da qual a Geografia é parte, vão se afirmar e cumprir importante papel na consolidação da ordem burguesa nos Europa ocidental (também nos EUA) e na expansão de seus domínios coloniais e imperialistas mundo afora.

Ancorados no estudo do professor Antonio Carlos Robert Moraes (2005), podemos afirmar que somente no início do século XIX os pressupostos históricos ou as condições objetivas e subjetivas para sistematização da Geografia foram colocadas. Isto só tornou-se possível por meio do avanço da colonização europeia sobre inúmeras áreas e povos do globo terrestre e, por consequência, da generalização das relações comerciais a nível mundial, desenvolvendo assim a necessidade e aperfeiçoamento do conhecimento científico, por exemplo,

nas formas de representação cartográficas do espaço geográfico, da mineralogia, da biologia, da matemática, da física, da química, da engenharia, etc.

Deste modo, os pressupostos históricos e as fontes para sistematização da Geografia como ciência, argumenta o professor, “se forjaram no período da transição, na ‘fase heroica’ da burguesia, em que esta agia e pensava no sentido de transformar a ordem social existente”, por outro lado, a objetivação e sistematização de fato vai ocorrer num momento de pleno domínio das relações capitalistas, ou seja, “já no período da decadência ideológica do pensamento burguês, em que a prática dessa classe, [...] visava a manutenção da ordem social existente” (MORAES, 2005, p. 57). Este é o momento no qual os ideais do projeto societário da burguesia entra em sua fase decadente, desnudando por completo os reais interesses dela (da burguesia) ao efetivar-se como classe social dominante no lado ocidental do mundo da época através da concentração da riqueza e exploração dos trabalhadores/as, submetendo assim, os povos e territórios ao seu ordenamento social reprodutor da desigualdade.

Nesse ponto, Sodré (1982, p. 09) é ainda mais contundente e didático ao afirmar que “[...] o período de maior desenvolvimento da Geografia Física foi também o da expansão colonialista, e

que a Geografia Humana - como a Sociologia, aliás - apareceu e se desenvolveu nos preliminares do imperialismo e na sua vigência”.

Cabe-nos uma provocação: se a geografia moderna foi desenvolvida e instrumentalizada para atender aos interesses imperialistas de classe da burguesia europeia no século XIX, em que momento a Geografia passou também a interessar a classe trabalhadora?

Em torno da dúvida, ainda atual, sobre *para que serve a geografia?* o geógrafo francês Yves Lacoste em 1976 observando o emprego da ciência a favor das tropas americanas no Vietnã afirmou que “*A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*”. Com esta frase que dá nome a seu livrinho importantíssimo para o movimento de renovação da geografia brasileira e de crítica à geografia tradicionalmente praticada, Lacoste faz um verdadeiro chamado, uma conclamação para o engajamento militante dos geógrafos contra a instrumentalização da Geografia pelos interesses estatais e privados e imperialistas do capital. Mais que isso, chamou atenção para questões fundamentais como *qual a função social da geografia?* Ou ainda, *é possível fazer uma geografia na perspectiva das lutas sociais e não da dominação dos povos?*

Problematizando sobre o papel da Geografia, Yves Lacoste aponta em sua análise dois elementos centrais a nosso ver. Primeiro,

sobre a *práxis dos geógrafos*, daqueles que fazem a geografia e, segundo, problematiza em torno do *papel político-estratégico* do conhecimento geográfico para aqueles que desejam dominar o mundo para a expansão do capital ou para aqueles que desejam a transformação revolucionária do mesmo. Colocado desta maneira, Lacoste propõe discutir, não se a geografia é ou não é ciência, mas a finalidade do saber geográfico, por quem e para que ele é empregado. Na sua perspectiva a Geografia possui um saber estratégico que é empregado pela classe dominante para exercer a dominação, portanto é um instrumento de poder que, por outro lado, deve ser apropriado pelos trabalhadores para construir a *resistência popular*, para pensarem o espaço e nele se organizarem; para melhor se posicionar na guerra, mas também para defenderem-se dela ou mesmo evitá-la.

Está registrado na história, muito antes de Lacoste ou mesmo da própria Geografia ser conhecida como campo do saber, a importância do conhecimento geográfico para melhor leitura da realidade (do espaço), da capacidade e movimentação inimiga, bem como para o posicionamento e êxito dos exércitos no terreno onde serão travadas as batalhas. Sun Tzu em seu famoso escrito sobre “A Arte da Guerra”, há mais de 2500 anos atrás, destaca não só a importância da geografia para ter um exército

vitorioso, mas a importância do conhecimento humano de um modo geral, da natureza [o meio] e conhecimento do inimigo e de si próprio como um trunfo para aqueles e aquelas que desejam vencer grandes batalhas e caminhar com passos firmes na direção da vitória final de uma guerra.

Na seção que segue a proposta é apresentar a discussão histórica e política em torno da construção teórica que fundamenta as principais categorias estruturantes da Geografia como: **Espaço, Território, Lugar, Paisagem e Região.**

4

O espaço geográfico e a Geografia

Como já dissemos anteriormente, se considerarmos a etimologia da palavra, a Geografia pode ser definida de forma simples como sendo a descrição da terra, no entanto esta é uma definição muito abrangente. Seria atribuição da Geografia, enquanto ciência, descrever todos os fenômenos que ocorrem na superfície do Planeta?

O geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes, em seu livro "*Geografia: Pequena história crítica*", argumenta que essa abrangência da concepção da geografia advém de um filósofo alemão muito conhecido, Immanuel Kant (1724 - 1804). Para o filósofo prussiano existiriam duas classes de ciências. As ciências puras (matemáticas) que ficavam mais no pensamento (abstração) e não tinham experiências concretas ou empíricas. E as ciências empíricas (ou práticas) cuja função era, por meio da teoria e da experiência, entender os fenômenos, como seria o caso da Antropologia e a Geografia, segundo Kant. Estas duas ciências utilizariam dos conhecimentos de outras áreas

para fundamentarem suas análises e de acordo com a teorização kantiana a Geografia seria uma ciência sumamente descritiva e de síntese, cuja função principal seria fazer uma espécie de enumeração dos fenômenos reais, visando abranger toda variedade contida na extensão física do planeta (MORAES, 2005, p. 32).

Essa concepção refletiria que a Geografia seria uma ciência de descrição e síntese, utilizando o conhecimento de outras ciências para analisar a superfície do planeta, quantificar e catalogar tudo o que ocorre na superfície, com a interpretação de todas essas informações, permitir-se-ia ter uma visão geral do planeta em seu conjunto. Ou seja, na capacidade de conectar os fenômenos: os efeitos da chuva no solo, a penetração das águas nos lençóis freáticos, compreender o clima e a vegetação. Essa leitura kantiana permitiu chegar a uma definição *corológica* (visão espacial), ou seja, com foco no espaço geográfico em contraposição à visão cronológica (ou temporal), que seria um enfoque mais voltado à disciplina da História.

Embora ampla a definição elaborada, Kant estabelece uma percepção geográfica do mundo físico. Como falamos acima a Geografia como ciência empírica e de conjunto dos fenômenos, combinando, organizando em grupos e classificando. Todos esses elementos têm o seu palco, a superfície do planeta Terra, como se a

crosta fosse um receptáculo, um suporte. Interpretá-la como um receptáculo das ações humanas e as forças da natureza, permitiu ao filósofo a concepção de outro termo muito importante à geografia e que será incorporado de forma decisiva em sua concepção moderna. Esse termo é o espaço.

Outro estudioso da geografia, Ruy Moreira, atribui a Kant como sendo um expoente do que ele definiu como geografia clássica. Esta teve o primeiro esforço de constituir e conceituar as tarefas da Geografia a partir de uma sistematização filosófica, para isso, em seus estudos tomou a contribuição de Kant como seminais para o desenvolvimento da concepção de Espaço na Geografia.

Kant interpreta o **Espaço** de maneira mais metodológica na análise. Dada a diversidade de objetos de estudo na realidade: montanhas, vegetação, animais, clima, populações etc., o Espaço seria “palco” desses fenômenos. Em sua filosofia temos categorias ou ferramentas de análise que se apresentam antes de olharmos, dissecá-los e analisarmos, categorias para ele seriam características próprias de cada objeto. Todavia, existiriam (segundo ele) algumas categorias que seriam anteriores ao próprio estudo da realidade, como é o caso do Espaço e o Tempo. Antes que estudemos os pássaros, já sabemos, antes mesmo de analisarmos que eles

têm um corpo ou extensão, se filhote ou adulto, que tem uma idade; que determinadas espécies de pássaros ocorrem só em um lugar ou numa estação do ano e em outros não. Nesta concepção, o espaço e o tempo são incutidos ou inatos a qualquer objeto.

A análise confluyente a esta maneira de pensar o **Espaço**, como “palco”, permite que um determinado lugar, ordenando a ocorrência da vegetação, clima, relevo etc., seja determinado e “medido” com uma extensão/delimitação geométrica com distância pré-determinada ou com a quantidade de população e assim por diante. Desta forma lógica seria possível definir, classificar, hierarquizar e estabelecer as características *peculiares* de um determinado espaço, área (recorte do espaço terrestre), desde um ponto de vista matemático-quantitativo. A corografia ganha uma geometria de localização e distribuição, a cartografia e a matemática serão instrumentos para a observação e análise da síntese das distribuições, padrões e localizações de determinados fenômenos.

Todavia, o filósofo alemão conseguiu sistematizar todo um processo que se construía muito antes, advindo do desenvolvimento social e da permeabilidade dos seres humanos por todos os espaços do planeta. Uma das tarefas inauguradas pela burguesia ascendente no movimento Iluminista é o balanço geral do

conhecimento da humanidade. A análise que Kant expõe na “Crítica da Razão Pura” está fundamentada na sistematização dos conhecimentos e métodos para a ciência.

Os filósofos e cientistas mais progressistas, no pós-revolução francesa (1789), são legatários das ideias iluministas. Ao final do século XVIII, filósofos, políticos e a burguesia lutavam pela superação do poder dos senhores feudais e da visão metafísica e teocêntrica da igreja católica sobre o mundo. Tais concepções advinham do poder destes dois setores da sociedade daquele período, cujas concepções emanavam de uma visão mítica do mundo, a qual todos os movimentos eram manifestações da vontade divina de Deus.

Em contraposição, o Iluminismo elaborava a posição e o papel do homem no mundo, instrumentando-o para avançar no conhecimento da realidade e das leis que a regem. Com isso, era possível identificar qualquer objeto da realidade, classificá-lo, catalogá-lo e organizá-lo em enciclopédias. Deriva daí as ciências naturais e a capacidade de poder analisar e criticar qualquer pensamento. Era a ‘emancipação’ da sociedade muito além da ideia de que o conhecimento derivaria de algo supremo, de um Deus, demiurgo da história, acima de tudo e de todos/as.

O *Positivismo* será o herdeiro direto desse movimento em direção ao conhecimento, e será o instrumental que o “capacitará” a estudar e analisar a realidade com uma ‘criticidade’ e negação (pelo menos aparente) do conhecimento teológico-metafísico do mundo para afirmar a nova sociedade industrial que emerge. Para esta corrente filosófica, somente por meio do conhecimento científico seria possível alcançar o conhecimento verdadeiro e este conhecimento ou teoria seria alcançado através do uso dos “métodos corretos”, válidos e validados por eles mesmos.

Segundo o filósofo Michel Löwy (2010), o positivismo que ascende do processo revolucionário frutificado pelo Iluminismo, apresenta duas hipóteses: a sociedade é regida por leis naturais, cujas características são invariáveis da natureza e independem da vontade humana; os métodos e os conhecimentos tanto da natureza quanto da sociedade são os mesmos, sendo esta última uma consequência da primeira. Posto que a sociedade e a natureza são regidas pelas mesmas regulações, logo as ciências da sociedade, que estudam as relações humanas, são do mesmo tipo que a astronomia, a biologia, a física, a matemática etc.

A geografia influenciada nesse período é chamada de Geografia Tradicional. De acordo com a abordagem aqui traçada, o espaço era

pensado como um receptáculo, no qual todo o fenômeno (formas de montanhas, ocupação e povoamento, climas, vegetação) ocorrem. Assim, por meio dos mesmos métodos da quantificação da matemática poderia o geógrafo medir, coletar e apreender as experiências. A partir disso, derivaria o método de análise da diferenciação, ou seja, se um geógrafo clássico passa a descrever as vegetações de uma região A e depois compará-las com a região B. Embora eles não tivessem a preocupação de compreender o espaço, mas a vegetação, ainda assim nas "entrelinhas" eles estão se colocando com a comparação de espaços, que se diferenciam pelos objetos que ali jazem. Não há nele uma experiência de sistematização do espaço e sim uma intuitiva utilização dele. O espaço é um *a priori* da experiência, que *a posteriori* apresenta os objetos para a sua classificação, comparação, etc. Essa perspectiva na geografia é conceituada como **espaço absoluto** (espaço receptáculo), em que é apenas a preocupação da organização e disposição dos objetos no espaço.

Sobre o espaço absoluto foram utilizadas várias metáforas, tais como receptáculo, palco, etc. Roberto Lobato Corrêa (2000), descreve que essa postura teórica de espaço absoluto se aprofunda nas décadas de 1950 com a chamada geografia teórico-quantitativa, contudo, ainda está presente na geografia atual. Nela a

preocupação de localizações e áreas para a decisão, por exemplo, de onde instalar uma firma, instituições públicas, serviços etc. essa prática humana utiliza dessa concepção de espaço absoluto para fundamentar suas escolhas locacionais e, desta forma, está pouco preocupada com os processos sociais, conflitos socioespaciais que expressam a vida e a materialidade do espaço.

Os institutos governamentais se apropriam de novas tecnologias, métodos estatísticos e modelos matemáticos para subsidiar as decisões locacionais e levantamento de informações para viabilizar as políticas públicas no espaço. As diferenciações dos lugares em regiões se dariam por quantidades e semelhanças numericamente utilizadas: regiões com características industriais devido ao número de indústrias que ali se encontra; ou nos estudos urbanos as definições centro-periferia, que define os lugares dos serviços e decisões para a moradia precarizada nos lugares mais distantes da cidade. Esta forma de se fazer e conceber a geografia, que na verdade ainda mantém a teoria espacial tradicional, se arroga como “*New Geography*” (Nova Geografia) e, via de regra, está filiada aos interesses oficiosos de Estados, Empresas e Governos para reproduzir acriticamente o mecanismo de ordenação da sociedade capitalista.

Mesmo sem criticidade e pouca análise qualitativa das relações que produzem o espaço capitalista, os modelamentos estatístico-matemáticos dessa corrente retomam o debate, ainda hoje presente, do espaço como categoria de análise da ciência geográfica. Segundo Roberto Lobato Correa (2000), era necessário debater que os conflitos e contradições da sociedade capitalista, sujeitos históricos, agentes sociais, as transformações não são apresentadas em perspectiva de problematização teórica.

Veremos mais abaixo, ao abordarmos as diferentes categorias da geografia, a importância da Geografia Crítica empreendida a partir da década de 1970. Isso pois, com as manifestações e críticas ao capitalismo fortemente disseminadas no mundo após a crise de 1972, foi proporcionado à geografia retomar o debate sobre o conceito de espaço, e mudar seus assuntos e focos de análise de até então.

Com a incorporação das ideias de Marx, rebate a necessidade de uma nova concepção de espaço. No mundo dentre os geógrafos nessa linha estão: Horácio Capel, Milton Santos, David Harvey, Neil Smith, Yves Lacoste, Paul Claval, Massimo Quaini só para citar alguns. Uma das obras que abre esse processo é de Yves Lacoste “*A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*” (1976), já citada anteriormente. Nessa obra, ainda que não incorporando as

categorias marxistas, o autor faz uma denúncia ao saber estratégico dos Estados e o conhecimento produzido pela Geografia utilizado como arma em favor da guerra. Identifica aqui as geografias do Estado, das empresas, do imperialismo sendo essas intenções, a obtenção, a partir do estudo regional, de informações locais e dos recursos para a apropriação por parte do capital e das elites nacionais e internacionais.

Nesse momento, o espaço é visto como produzido pelas relações sociais de produção capitalista e reproduzido pelas mesmas. De modo que as sociedades para existirem necessitam materializarem-se no espaço e este, ser construído (“adaptado”) para a reprodução humana, obviamente que este processo é determinado pelo modo de produção hegemônico e recheado de contradições. Assim, pensar o espaço agrário significa identificar ao longo da história as desigualdades, conflitos e lutas de classes, por exemplo, a constituição das grandes fazendas (latifúndio) como o resultado territorial dos momentos das lutas espaciais dos povos indígenas, quilombolas, camponesas, “sem terra” contra o poder de classe da burguesia no campo. Esta elite, sendo expressão da classe dominante, é representada pela existência do latifúndio, mas também através da reprodução

do modelo do agronegócio, da ação de banqueiros e empresas nacionais e internacionais.

A grande transformação do conceito de espaço veio com o filósofo francês Henri Lefebvre (1974) e seu livro *“Les production de l’espace”* (A produção do espaço), que irá definitivamente marcar uma nova forma de conceber e apreender a categoria espaço na ciência geográfica. Essa obra influenciou todos os autores filiados à Geografia crítica cuja concepção, ao invés do kantismo, apresenta o espaço como produto da sociedade e, ao mesmo tempo, produtor da sociedade; dito de outra forma, o Espaço (para Lefebvre) é determinado pela reprodução das relações de produção da sociedade. Assim, a formação socioespacial e o Modo de Produção são interdependentes e multideterminados na análise geográfica, pois o Espaço é mais uma característica da formação socioeconômica e, por sua vez, esta formação influi no espaço.

A concepção elaborada por Lefebvre vai influenciar definitivamente a abordagem dialética do espaço, recupera uma concepção fundamental no pensamento de Marx e Engels de que os indivíduos ao transformarem a natureza, através do trabalho, transformam a si mesmos e com isso transformam a realidade anteriormente existente, portanto, produzem com este ato um novo espaço geográfico. Este novo espaço geográfico coloca novas questões,

novas possibilidades, uma nova relação social, uma nova realidade para os indivíduos pensarem, conceberem, trabalharem e fazerem a sua história, mas não como querem, pois, estão condicionados por um conjunto de determinações do modo de produção da sociedade.

Deste modo, o espaço geográfico nunca é (e não poderá ser) absoluto, pois está contínua e dialeticamente sendo produzido, concebido e elaborado por meio do movimento criador do trabalho em busca de satisfazer as necessidades humanas, sejam elas do estômago, da fantasia ou da acumulação de capital. O trabalho dos seres humanos em sociedade transforma a natureza em cidades, em campos agricultáveis, e dando sequência para novas re-reformas desse espaço. Continuamente são construídos novos prédios, avenidas, casas e toda a infraestrutura das cidades, sempre alterando a paisagem. Se focarmos na relação de trabalho: concebemos que os ganhos salariais de baixo nível em países economicamente dependentes, tal como Brasil, Angola, Moçambique, ou seja, o trabalho em espaços diferentes (países) tem o seu traço histórico próprio. Assim, cada construção, transformação é feita por meio do trabalho em que uma sociedade empreende ali naquele lugar.

Segundo Milton Santos (1978) os modos de produção se *especializam* a partir da criação das fábricas, vias, estradas para a efetivação da

circulação. E, cada país, cada lugar tem um desenvolvimento desigual e diferente em seus espaços, mas centralizados a partir dos mesmos grupos de comando que controlam e definem as políticas e a economia dos territórios, sobretudo nos países “subdesenvolvidos” ou que compõem o ironicamente chamado “terceiro mundo”.

Para Milton Santos (2008, p.100), o espaço é um híbrido, ou seja, as sociedades por meio de suas ações constroem objetos, e por meio desses, realizam as suas vidas dando-lhes funções e relacionando-os em uma lógica. A cada prédio, via, instrumento tecnológico os sujeitos exercem novas atividades a esses objetos. As ações ocorrem nas mais variadas formas: na produção, na vida cotidiana, como o simples transitar pela cidade etc. Aqui o híbrido: o sistema de ações e os sistemas de objetos, que fluem no espaço, o qual os combina nas mais diferentes maneiras e funções, ao longo do tempo.

Assim, com essa concepção, a geografia e o espaço não são apenas lugares onde se depositam as coisas, o apoio dos objetos. Mas, é necessário analisar as ações das sociedades que imputaram em determinado espaço; construíram os mais diferentes objetos, utilizando as técnicas (ações, instrumentos, tecnologias utilizadas para transformar a natureza). Com isso, ao passar dos tempos, as mais diferentes ações de transformações foram o movimento

desse espaço, a negação do espaço passado e a constituição de novos momentos.

Assim, para compreender essas ações, complementamos quem as efetuou-o, com qual propósito e de que maneira. Para quem e para quê? Posto isso, é necessário que tenhamos que deslindar o posicionamento de classe na construção desses espaços, suas ações e seus objetos de maneira contraditória.

Tomando o exemplo da *questão agrária* ou da formação espacial brasileira. Em “nosso território” o capitalismo se objetivou de maneira diferente daquela dos países centro das revoluções burguesas como Inglaterra e França. Nestes, os senhores feudais e reis que sustentavam o poder do modo feudal de produção perderam seus privilégios por meio de revoluções, esta forma ficou conhecida historicamente como a *via clássica* de transição do feudalismo para o capitalismo, com a implementação da Reforma Agrária para oferecer matéria prima para o desenvolvimento da indústria. É daqui que surge a chamada *Reforma Agrária Clássica* que ganhou este nome a partir desta experiência primeira de transição, sendo realizada para atender o desenvolvimento do capital. Na Itália e Alemanha o antigo regime se aliou à burguesia ascendente para estabelecer os acordos de desenvolvimento e de modernização capitalista, esta forma ficou conhecida como a

via prussiana, definida por seu caráter tardio e conciliatório (da burguesia) com o “atraso” representado pela velha elite latifundiária e feudal. Uma transição sem rupturas e mantendo o poderio (e as terras) da velha classe dominante.

No Brasil os fazendeiros legatários da linhagem escravocrata e dos usurpadores de grandes extensões de terras mantiveram seu poder absoluto até quando puderam, basta lembrar que fomos o último país do hemisfério ocidental a abolir formalmente o regime de escravidão dos africanos e seus descendentes, apenas no finalzinho do século XIX em 13 de maio de 1888. Mas é só muito tardiamente, a partir da década de 1930, que a chamada burguesia urbano-industrial começará a ganhar expressão a ponto de, nos anos seguintes, assumir a hegemonia econômica do desenvolvimento capitalista no Brasil. No entanto, em consonância direta com os interesses das oligarquias agrárias do país.

Para a concretização deste processo ao longo do século XX, os períodos ditatoriais e a forte repressão às insurreições, levantes e movimentos políticos da classe trabalhadora, desde Canudos até as Ligas Camponesas durante o auge do regime militar foram fundamentais. A forma como se objetivou a ‘modernização capitalista’ no espaço brasileiro é

muito parecida com a via prussiana, mas devido a seu caráter *hipertardio*, autoritário, extremamente reacionário e elitista (no sentido de um pacto entre as elites) para se materializar, concordamos com o filósofo marxista José Chasin que a definiu como sendo uma *via colonial*. Em todo caso, o mais importante é a compreensão de que essas expressões, contradições e diversidades de cada forma descrita estabelecem as particularidades, ou seja, o que há de específico na territorialização do sistema do capital em cada realidade, configurando assim uma formação socioespacial concreta peculiar.

Tomemos como exemplo desta argumentação anterior, o avanço do capital sojicultor sobre a imensa faixa de fronteira agrícola brasileira que cada vez mais cercando e se apropriando de terras amazônicas, sendo que no Cerrado este modelo já está praticamente territorializado em quase toda extensão do bioma. Soma-se ao avanço da soja, o monocultivo da cana-de-açúcar, a mineração e outras formas predatórias e espoliativas do agroextrativismo, porque não dizer, do *agrodestrutivismo* ambiental que avança sobre o solo, a água, os territórios e as comunidades que vivem nestas regiões.

5

Território: o espaço apropriado pelas relações sociais de classe

Dois grandes geógrafos franceses do século XX, Claude Raffestin e Yves Lacoste, analisaram criticamente as credenciais da Geografia em seu compromisso com os Estados nacionais. Ou seja, todo o conhecimento científico neste campo, originariamente construiu-se para que os Estados em seu exercício de dominação/defesa, de soberania ou até de controle dos povos, recursos naturais, vegetação, fronteiras (etc.) se estabelecesse como um trunfo. Um prêmio conquistado. A partir daí o trabalho do geógrafo seria de catalogar e descrever tudo em um país. E, até identificar o processo de desenvolvimento (ascensão, “estabilidade” ou declínio) de uma nação, de um povo, de um país etc.

Dentro da análise crítica dos autores, esta geografia comprometida com o Estado foca a relação da sociedade com o seu meio. De maneira que as descrições e observações forneceriam o subsídio para a interpretação do

“padrão” de desenvolvimento desse povo em seu próprio ambiente. Assim, a Geografia utilizaria os conhecimentos de outras ciências para inferir o seu diagnóstico. Sendo assim, o conhecimento geográfico estaria condicionado por um progressivo acúmulo de elementos, subdivididos em subáreas sendo a Antropologia para compreender aspectos da sociabilidade dos sujeitos, sua cultura, organização social e assim por diante. A Ecologia para se entender as relações entre a fauna e a flora. A Geologia com o conhecimento sobre os recursos minerais e etc.

Municiada de todos esses conhecimentos, a relação entre essa sociedade e seu meio se fazia. E, cabia ao geógrafo identificar as similaridades e as diferenças, de modo a traçar a diferenciação dos lugares. Esse método de corologia, como evidenciamos acima, destacou a todos os geógrafos. E era sobretudo, pela grande influência de Kant, a Geografia como conhecimento sintético, ficaria a cargo de fazer a “grande síntese” e esta seria muito útil para a constituição do poder e soberania dos Estados nacionais.

É por conta dessa tarefa que Rafesttin e Lacoste designam que ao inventariar as vegetações, a população e os recursos minerais, a Geografia cumpre as urgências e necessidades do Estado capitalista em, por exemplo, delimitar as fronteiras, qual área ou “parte” pertence ao

país X ou ao país Y. Esta seria, na concepção do autor francês uma espécie de “geografia oficial” ou estatal; uma Geopolítica ou Geografia dos Estados.

De forma bastante original e sistemática, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel será o grande expoente da Geografia do Estado. Ou seja, preocupado com a dominação de uma porção do espaço por um povo e constituindo seu poder. Aqui o Estado para o geógrafo não era questionado, pelo contrário, era enaltecido como indicador do desenvolvimento de uma nação e sem nenhuma problematização da composição das forças que o compõem. A Geografia do Estado estava (está) ao lado da classe que exerce a hegemonia na época de Ratzel, o que equivale dizer que esta geografia serve à classe que detém o poder do Estado, ou ainda, ao movimento da correlação de forças que o determina.

Como falamos mais acima, os geógrafos são expressões do seu tempo e de seu espaço. Para melhor compreender esse contexto, utilizaremos os estudos do geógrafo brasileiro Wanderlei Messias da Costa, que se debruçou também sobre a Geografia política e as superações da Geografia do Estado.

No século XIX muitas nações europeias desenvolveram seus Estados e sobrepujaram o feudalismo como sistema de organização social. Superou-se a atrasada aristocracia agrária

desses países como classe dominante. Em alguns casos, como na França e Inglaterra, o atraso foi varrido por meio de processos revolucionários, levado a cabo pela ação direta dos camponeses, trabalhadores explorados sob comando da burguesia que se insurgia contra a nobreza. Nestes dois países, podemos afirmar que houve o processo denominado de reforma agrária clássica, baseado na reorganização do espaço agrário com ampla distribuição de terras para os trabalhadores como forma de alimentar e desenvolver a indústria capitalista em ascensão.

Porém, na Alemanha a consolidação ocorreu em 1870, bem depois de Inglaterra (1646) e França (1789) e, contrariamente a estes, a unificação germânica não se baseou em uma forte e radical revolução burguesa. Ao contrário, realizou-se pela centralização dos Estados alemães dentro de um acordo entre as elites agrárias e industriais daquele período. Esse processo “alternativo” de transição, sem romper estruturalmente com a ordem e o poder da aristocracia agrária, ficou conhecido como a *via Junker*. Uma conciliação por cima entre as classes hegemônicas do país, sem utilizar nenhum processo de confronto ou ruptura entre elas. A indústria moderna se desenvolve lenta e tardiamente, em paralelo à permanência e influência do grande proprietário rural (junkers),

amalgamados por um “pacto de poder” da classe dominante.

Este cenário de atraso em relação aos demais países que se industrializavam rapidamente, preocupava a intelectualidade germânica em meados do século XIX. A fragmentação do poder político, já próximo do alvorecer do século XX, era um problema não resolvido como também a organização político-territorial do ponto de vista de um poder central e unificado como ocorria nos demais países citados. É por essa apreensão da realidade que Ratzel se debruçará sobre as seguintes questões: *Qual o papel do Estado nesse cenário de atraso e fragmentação?* E, uma vez superado o atraso, a Alemanha entrará na corrida imperialista sobre a África e a Ásia, *mas como isso vai refletir na política internacional?*

Vale ressaltar que a expansão imperialista dos Estados europeus, conhecido como *Neocolonialismo* produziram efeitos terríveis para os povos dos continentes colonizados, com impactos profundos sentidos até os dias de hoje e são as causas da pobreza, desigualdade e dependência da maioria dos países da África, Ásia e América Latina.

O ambiente cultural alemão passa a analisar as possíveis “leis gerais” para compreender o desenvolvimento germânico frente aos demais países. Contudo, boa parte das “leis

gerais” que se apropriam na construção da ciência esboçada por alguns cientistas, eram mais desejos e hipóteses do que fatos comprovados, eram mais deduções racionalizadas por conceitos abstratos. Wanderlei Messias da Costa enfatiza as atribuições metodológicas dessas teorias como *abstratas*, pois muito do que se estabeleceu na filosofia e ciências humanas nesse período na Alemanha, jazia da consciência do atraso e do sentimento da *Questão Nacional*, ligados ao movimento desses intelectuais criarem um “olhar” alemão para o período. Essas indicações nos ajudam a entender a densidade das leis e teorias que viriam com Ratzel e que surgiriam a partir dele.

Influenciado pelo pensamento de Karl Haushofer, general e geopolítico alemão, Friedrich Ratzel traz para a geografia a concepção de que o Estado é um organismo vivo. É por essa condição que os Estados devem crescer, avançar, recuar, estabelecer relações e apropriar-se do espaço, a categoria chamada por ele de *espaço vital*, que em alemão se escreve, *Lebensraum*. A expressão espacial da nação, sua construção no ambiente de vida e forma de se relacionar com a natureza, seria o Território.

As ideias de Ratzel, entrelaçam-se com a maneira de pensar as ciências, igualando os mesmos métodos das ciências naturais e humanas. Assim, explicando e teorizando os

fenômenos sociais como semelhante a dinâmica dos animais naturais. Nas discussões filosóficas, essa maneira de pensar tem uma filiação ao determinismo e às teorias darwinistas, quais sejam, do evolucionismo e da seleção natural na qual os mais fortes sobrevivem, pois se adaptam às condições dadas, se reproduzem ao longo das gerações e se impõem sobre os mais fracos.

Para ele as ciências sociais eram semelhantes às ciências naturais. Estavam os homens fadados à sua condição determinada por sua natureza de animal. Contudo, a história nos demonstra que determinar as ações dos seres humanos, pelas necessidades biológicas, reduz-se muitíssimo a análise. Embora tenhamos as necessidades instintivas de fome, medo, atração sexual; o ser humano é um ser em que mesmo com suas mais variadas situações ele supera suas adversidades, e cria novas possibilidades e necessidades. A cada novo patamar, as necessidades biológicas ainda permanecem, porém não são determinantes. Pode existir a fome, mas ela não é gerada como uma necessidade apenas biológica; mas também é socialmente derivada da condição desigual à qual o povo vive e de onde vem as suas causas. Assim, também a pobreza de um povo não está em suas próprias situações, mas por anos de apropriação dos recursos e guerras de nações ou classes sociais mais ricas que subjuguem e

exploram as demais, empobrecendo-as, tornando-as despossuídas, famintas e sem o direito à autodeterminação.

Wanderley Messias Da Costa (2016), que nos ajuda a pensar a Geografia do Estado feita por Ratzel, apresenta o seu autoritarismo na criação de um Estado centralizado. Este organismo nos dizeres do geógrafo alemão, deveria ser central na gestão do território, o qual uniria solo-Estado-habitantes e emanando do Estado para o povo, sem a permissão de disputas ou conflitos. As obras e seus pensamentos, já em 1870, estão longe dos avanços das teorias liberais da burguesia revolucionária, e muito menos pelos levantes populares que darão força ao movimento socialista. Os indivíduos eram de pouca importância, cabe apenas o Estado e seus grupos, Ratzel servia-se como porta-voz dos proprietários, ou como o professor Wanderley nos apresenta, para ele “o que conta realmente são os grupos já estabelecidos e em geral proprietários, [...]” (COSTA, 2016, p.37).

A concepção de Ratzel sobre território é semelhante a dizer fronteiras e configurações espaciais. Território é o Estado nacional, o país. A construção teórica é aliada com as elites agrárias alemãs que passaram a implementar novas ações para outros territórios, a ocupar outros países, o neocolonialismo.

Mesmo com uma teoria conservadora, Ratzel foi o pai da Geopolítica e a crítica a seus textos de uma Geografia do Estado e das elites, forjaram o acento a novas concepções, discordantes do geógrafo alemão. Os geógrafos na década de 1970, vão se construir a partir da crítica às concepções ratzelianas de identificação da ciência geográfica, até então, com as elites e poderosos que dominam o Estado capitalista.

Após a deflagração da revolta mundialmente conhecida como *Maião de 68* que envolveu estudantes (mas que mobilizou toda classe trabalhadora no final dos anos 1960), cresceu enormemente as críticas e resistência às incursões externas dos EUA para provocar guerras contra os povos como foi exemplo a guerra do Vietnã. A ascensão dos Panteras Negras no “coração do império” e o forte movimento de resistência aos regimes ditatoriais civis e militares em toda a América Latina vão fecundar a crítica a essa Geografia do Estado, positivista e interessada na constituição de conhecimento para mera legitimação do poder das elites.

É nessa época que o já citado geógrafo Yves Lacoste escreve o livro que abriria o movimento conhecido de renovação da ciência geográfica autodenominado de Geografia Crítica, com o título: “A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”, 1976 (1988). Nesta obra,

denuncia que *“Em contrapartida, em numerosos Estados, a geografia é claramente percebida como um saber estratégico e os mapas, assim como a documentação estatística, que dá uma representação precisa do país, são reservados à minoria dirigente”* (LACOSTE, 1988, p.17).

Nessa mesma linha teórica Claude Raffestin (1980), identificando a precisão do conceito de território para a geografia, estabelece uma crítica às Geografias do Estado, por meio de sua orientação de uma Geografia do Poder (este é o tema central de seu livro que virou um clássico). Esta precisão se apresenta na maneira com que Raffestin argumenta que o poder se expressa no espaço, dá forma e conteúdo às relações, num processo de apropriação que perfaz a sua noção de território. Antes como ligação das fronteiras de um país, recursos, povos de uma nação, o poder se alia ao poder das elites.

Na análise de Raffestin, muito influenciado pelo filósofo Michel Foucault, em sua elaboração em torno da dimensão microfísica de poder, como uma rede de relações sociais que se exercem em um campo de atuação de forças que lutam, se reforçam ou se extinguem. Nessa linha de análise o poder não é exercido por instituições do Estado somente, tomando assim uma perspectiva mais ampla e mais profunda. Ele é uma relação conflituosa dos indivíduos em

sociedade, como se fosse um jogo e seus pontos, podendo variar a cada momento na disputa, com intencionalidades, interesses.

A cada exercício do poder se força um território. Seja na organização familiar pela hierarquia do patriarcado ou na construção do poder numa sala de aula, na qual o espaço dos educandos é delimitado por um lado e o do professor, por outro. Nas empresas em seus espaços, ou melhor, nos territórios de controle do horário da produção e condicionamento dos trabalhadores. As especificidades desses poderes se transformam em *territorialidades*. Os territórios se alteram a depender da concepção e definição de poder que se usa. É como se entender que o poder de delimitar a posição da cerca de arame do latifúndio é a sua territorialidade. Mas nem sempre o território está delimitado por cercas e arames, esta territorialidade é determinada pelo uso, pelo conteúdo material, simbólico e representativo das relações exercidas em determinado espaço.

É preciso considerar, portanto, a dimensão *multi-escalar*. Pensemos, por exemplo, nas redes internacionais do tráfico de drogas, ou de uma empresa transnacional que controla o comércio e a produção de determinada mercadoria em escala mundial, são evidências de que o território não deve ser visto somente como um espaço físico e contínuo delimitado num determinado

local ou ponto. É também fluido, contínuo e muito mais determinado pelo uso, conflitos e exercício de poder que o caracteriza.

A título de ilustração, poderíamos citar ainda, com base nos estudos do geógrafo Marcelo Lopes de Souza, que um mesmo espaço pode ter diferentes usos ou diferentes territorialidades de acordo com a variação do tempo. Um exemplo seria uma área central de uma grande cidade que durante o dia está servindo as atividades de comércio, noutro horário serve à atividade de prostituição. E esta atividade pode ter variações de horário específico para os travestis e outro horário para demais profissionais da prostituição etc. Ou seja, em todos os casos, o espaço apropriado ou o território usado continua sendo o mesmo centro, o mesmo espaço físico, mas os/as sujeitos/as exercem ali distintas formas de uso e apropriação em suas diversas temporalidades, desejos e necessidades.

Na leitura marxista, o território é o poder constituído de uma classe sobre a outra. A espacialização da sociedade capitalista permite a criação dos territórios do capital, ou para reprodução do capital, para o exercício do poder de classe da burguesia. Os territórios são expressões do conflito de classe e dos estratégias da burguesia ou do sistema do capital para dominar a classe trabalhadora.

Com as contribuições dos geógrafos da década de 1970, e pontos apresentados por Raffestin, a concepção de Território se liga ao poder e, desta forma, o redefine. De tal modo que os conflitos estão para além da atuação do Estado e suas fronteiras, ou seja, urge pensá-los para além da delimitação de um país, ou de uma nação como quis fazer crer o nazifascismo na primeira metade do século XX. Trata-se, portanto, de conflitos que devem ser tomados e compreendidos no bojo das lutas de classe. No entanto, não quer dizer a perda do foco em tomar o poder da classe hegemônica via a tomada do Estado, que também lhe atribui ao poder, e sim identificar que a sociedade é fracionada em classes, e não uma nação única e monolítica como se apresentava na análise de Ratzel, por exemplo.

Essa concepção possibilita-nos analisar a constituição dos limites e fronteiras brasileiras em seu processo histórico. Desde a colonização e a constituição das capitanias hereditárias, o genocídio dos povos originários que aqui estavam. A expansão em terras para o oeste e a criação da expropriação de terra. Entender como e por quê a cerca de arame se coloca nos limites da propriedade privada? E, considerando esta materialidade histórica, poderíamos compreender, em linhas gerais, a formação espacial brasileira, em constante alteração e gradual-

mente se forjando ao longo de mais de 500 anos de exploração, usurpação e extermínios de povos - os indígenas especialmente, juntamente ao povo negro, principais vítimas do Estado - para a manutenção do poder classista das oligarquias.

A disputa e conflitos territoriais no Brasil ocupam lugar central na história do país. Não compreender isso significa ignorar o fato de que na atualidade temos uma bancada ruralista conservadora e escravocrata no Congresso Nacional, legatária desta formação espacial brasileira desde o período colonial sob domínio português até os dias atuais de capitalismo dependente, nos quais se territorializa em solo nacional, cada vez mais intensamente a ganância sangrenta do capital internacional.

O território capitalista brasileiro, como afirma o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira em suas pesquisas, foi fruto da conquista e destruição dos territórios indígenas. Os conflitos em decorrência da expansão do modo de produção do capital no campo são inerentes ao desenvolvimento e ocupação do campo e formação do território brasileiro. Esses traços são compreendidos pelo geógrafo como expressões das disputas desiguais de espaço e tempo distintos (fazendeiros contra camponeses; indígenas contra fazendeiros; burguesia contra

classe trabalhadora na cidade e no campo) do e no território.

Enquanto escrevemos este texto, a pandemia de covid-19 deixou um rastro de mais de 650 mil mortos até agora e ainda não está totalmente controlada a ponto de cessar por completo o número de mortes, infecções e adoecimentos, um reflexo direto da irresponsabilidade e política criminoso do presidente da República. Há um projeto genocida em curso, que não iniciou pela pandemia de covid-19, mas que foi muitíssimo agravada por ela. Neste período triste da humanidade, entre milhões de mortes, perdemos pessoas como o cacique Aruká Juma de 86 anos, o último homem indígena remanescente do povo Juma que habitava o sul do Amazonas. Os Juma chegaram a contabilizar mais de 15 mil indígenas no final do século XIX e agora encontram sua extinção enquanto povo no século XXI (BRASIL, 2021).

6

Paisagem: o aparente e o imediato da relação espaço-tempo

Para compreender a categoria paisagem é importante retomarmos as análises acerca do surgimento da Geografia clássica, com enfoque no século XIX. Como tratamos na passagem sobre espaço, Kant em sua preocupação de compreender as ciências no âmbito da natureza, incumbira a Geografia de buscar os conhecimentos empíricos concernentes à natureza. Neste período, no século XIX, estava em curso a consolidação da burguesia no poder, por isso, ela ainda se autoproclamava como legatária da Revolução Francesa (e do que ela representava) até a irrupção da Revolução Industrial.

No afã de concretizar seus objetivos como classe dominante, a burguesia neste período vai impulsionar uma ciência que lhe dará possibilidade de construir conhecimento de mundo e também de hegemonia. Se antigamente, no sistema feudal, a religião era a forma preponderante no conhecimento do mundo, agora, o

mundo burguês se faria pelo conhecimento do próprio homem e regido pela razão. É importante salientar que nesse período, dos finais do século XVIII até a metade do século XIX, despontam-se as ciências, tais como: Física (Newton), Biologia (Darwin), Sociologia (Durkheim) e etc.

A influência de Kant nesse momento era crucial, sobretudo, por sua construção do método de análise. As influências na geografia se expressaram na catalogação e diferenciação de áreas, dessa maneira, a paisagem foi concebida como método de análise a partir do visível, do aparente, onde todos os elementos constantes no espaço se apresentam simultaneamente. O trabalho do geógrafo se faria na catalogação da vegetação, fauna, relevo e geologia, etc. este método foi chamado de corografia.

A noção corográfica é desenvolvida por um geógrafo de formação, o alemão Karl Ritter, que o transformará em método de análise. Ruy Moreira argumenta que os avanços de Ritter em relação à Kant se expressam, sobretudo, pela capacitação do “olhar” da geografia em uma visão de recorte paisagístico, no qual a ordenação dos elementos da paisagem permite identificar a diferenciação ou semelhanças dos espaços, quer dizer, o que permanece e o que varia entre um e outro. A partir da coleta dessas informações é possível interrelacioná-los de modo a construir uma sistematização, um

conjunto organizado de conhecimentos. Com esta metodologia foi facultado à Geografia “recriar” os espaços ou apresentar o conjunto de elementos constitutivos, “a estratificação”, das diferentes áreas do planeta. A paisagem é o visível captada pela ação do sujeito que pesquisa sua taxonomia e organiza sua descrição. Esse avanço metodológico permitiu à geográfica produzir uma teoria sobre as diferenciações de áreas, atingindo assim o status científico da época, com métodos, teoria e categorias próprias de análise.

As conceituações partidas do método da diferenciação de áreas possibilitam determinar a organização espacial na superfície terrestre a partir da paisagem. Em termos práticos, Karl Ritter, por meio da descrição das paisagens, compara-as, para fins de identificar as especificidades de cada uma. A lógica que perfaz esse método é tributária de Aristóteles, a qual o conhecimento parte da capacidade do sujeito que pesquisa definir: “A” tem características diferentes de “B”, o que o faz o não “B”; por sua vez, “B” é o não “A”, pois suas características não são iguais (ou idênticas) a “B”.

Esse processo de comparação pode ocorrer, ainda que de maneira mais simples, como no senso comum do cotidiano nas comparações de lugares. Exemplo: consigo definir que o lugar onde moro têm as características “x”, tais como

casa, uma jaboticabeira, uma cerca, uma porteira de madeira mais nova na entrada; contudo, se estiver em outra localidade do assentamento, percebo que as cercas são diferentes, a jaboticabeira não tem o mesmo tamanho e nem mesmo uma porteira perto dela, pois, são locais diferentes, cada qual com características específicas ou com uma ‘configuração espacial’ singular que definem uma paisagem e a distinguem de outras.

Por esta abordagem geográfica considera-se também as relações entre os objetos de uma paisagem, ou seja, a comparação é feita por meio dos objetos que o pesquisador escolhe a partir de uma relação com o solo, o relevo e a vegetação. E deles se busca compreender as relações existentes entre ambos (um com o outro) e as características específicas de cada um. Assim, pode-se estabelecer relações por exemplo de definições das vegetações em regiões tropicais cujas evidências são os solos rasos, vegetação arbórea alta e amplas folhas, clima chuvoso etc. Tendo estas evidências metodológicas pressupostas, foi possível construir conceitos e teorias para a ciência geográfica, permitindo aos geógrafos aprimorar a capacidade de ordenar, diferenciar e classificar as paisagens. Isso, segundo Ruy Moreira (2010), em seu conjunto de interações permitiu uma visão holística da “leitura geográfica”. Alexander von Humboldt,

um dos precursores da moderna Geografia, emprega metodologicamente esta visão à análise da paisagem, de tal modo que as paisagens eram classificadas desde a composição dos solos até a relação com a vida e as interações com a sociedade. Humboldt também era tido como um naturalista pela precisão, perfeição e beleza que construía os retratos da paisagem natural.

Os estudos de vegetação sofisticam ainda mais a paisagem em suas interações com as análises de tipologias de unidades paisagísticas. O aperfeiçoamento desta metodologia, esta descrição da paisagem avança ao ponto da categoria dar suporte ao conhecimento das estruturas fisionômicas da natureza, dentro de um cenário de estudos paisagísticos. Mais tarde, passam a derivar novas áreas de estudo como a Ecologia da paisagem e Geo-ecologia proposta por Carl Troll (MAXIMIANO, 2004). Em muitos casos, essas pesquisas já assimilavam a interação de elementos físicos e sociais na análise.

Em pesquisa sobre a paisagem, Liz Abad Maximiano, esboçou que na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), a apreensão da categoria aos sistemas físicos trouxe contribuições, nas décadas de 30 a 60 do século XX, com geógrafos como A.A. Grigoriev, L.S. Berg, V.B. Sotchava, N.A. Solncev e A.G. Isachenko, a ponto de a Escola Geográfica

Soviética desenvolver uma apurada taxonomia do relevo terrestre. O que mais tarde serviria de base e influência para o desenvolvimento do conceito de “geossistemas”, demonstrando inúmeros elementos que enriqueceram a categoria de paisagem.

Na década de 1970 a ampliação do conhecimento da humanidade sobre as interações entre vegetação, relevo, solo, química dos materiais e sociais, permitiu uma expansão analítica da categoria paisagem; ela será tematizada por diferentes abordagens que irão incrementar sua compreensão. Um exemplo é a construção da teoria do geossistemas que permitirá maior complexidade e sistematização categorial, mas antes de adentrarmos no mérito dessa nova teoria é importante analisar a influência da dialética.

No palco das discussões da geografia crítica à geografia física - legatária do positivismo das escolas tradicionais e reforçada pela *New Geography* com excessos quantitativos e modelos - era deixada de lado na discussão de renovação da ciência. Deste modo, a paisagem como a mais importante categoria desse ramo geográfico da mesma maneira perdeu influência nesta transição. Contudo, as complexidades de interações descobertas com o passar do tempo, sob as lentes do positivismo ou do neopositivismo, resultaram em um fazer geográfico

pouco esclarecedor dos fenômenos naturais. Os “esquemas matemáticos” não davam conta das complexidades e dinamicidade da natureza.

Assim, a dialética, que já vinha dos estudos das ciências humanas, passou a permear as análises dos geógrafos físicos. Pesquisadores como George Bertrand, Jean Tricart, Sotchava sob esta influência procuraram construir uma combinação de sistemas teóricos de compreensão dos processos da natureza e a interação humana, conhecidos como teoria dos Geossistemas (Bertrand e Sotchava) e da Ecodinâmica (Tricart).

Em ambos a apropriação do método dialético foi muito importante, em suma, esta abordagem dialética parte fundamentalmente a partir da contribuição engelsiana. Era especialmente obrigatória a leitura da obra de Friedrich Engels, “A Dialética da Natureza”. Esta influência, dentro da literatura marxista, apresentou avanços importantíssimos frente às abordagens positivistas da época, contudo as teorizações trazidas nesta obra fazem inúmeras concessões ao darwinismo e não escapou, pelo menos em partes, de certa influência do próprio positivismo. O principal contributo dos estudos de Engels para a geografia e as ciências da natureza de um modo geral, foi justamente demonstrar que é possível pensar, estudar e interpretar os processos naturais de forma mais

racional, objetiva e menos binária simplesmente compreendida a partir de relações de “causa e efeito”, etc.

Na natureza os processos são múltiplos e dinâmicos. Também se encontram em síntese das próprias relações de influência ou força de transformação de um elemento a outro. A resistência da vegetação ao impacto das chuvas; o solo sofrendo o intemperismo pela ação do clima; as sociedades e seus processos de remodelamento do espaço natural etc. Antes mesmo da teoria dos geossistemas e suas interações contraditórias, o geomorfólogo alemão Walter Penck analisava as interações do clima, vegetação e solo nas formações do relevo. Sem concordar inteiramente com Engels, e a generalização das leis da dialética, é possível pensar a natureza a partir das interações internas dos fenômenos naturais.

As teorias dos sistemas possibilitaram que a paisagem deixasse de ser apenas a descrição do visível. Sendo assim, passou-se a buscar em sua composição as relações entre cada elemento imbricado, atribuindo-lhe uma função, relação. De início, esta forma de análise era muito semelhante às teorias da termodinâmica, por este motivo entendiam cada unidade paisagística como um sistema fechado, estabelecendo no máximo relações entre o sistema interno (fechados) e sua influência externa, dos sistemas

abertos. É de se pensar que, neste ponto, o início do movimento como engrenagens, se assemelhava a uma metáfora da máquina natural. Não é à toa que ao trocar a descrição da paisagem por matematizações, tipologias etc. retomou-se o positivismo sob uma nova roupagem.

O salto dialético e o “dar de ombros” ao geossistema positivista se deu com Georges Bertrand. Com Bertrand chegou-se a definição de geossistema como uma porção do espaço cuja combinação dinâmica se interagem dialéticamente entre os vários elementos geográficos (físicos, biológicos e antrópicos). Na mesma linha, de pensar um sistema multideterminado e interagindo vários elementos, vai Jean Tricart (1920-2003) ao atribuir à paisagem uma dinâmica de movimento e energia de interação dado pelo clima, vegetação, solo e ação humana. Estes geógrafos não abandonaram às análises quantitativas, mas enfatizavam as relações explicitadas na paisagem e como isso possibilitava compreender a dinâmica do sistema.

Se antes era a descrição, classificação, levantamento dos objetos e a comparação entre as paisagens; atualmente, a análise se pauta pela identificação sobre como as interações e as influências do clima atuando com as chuvas influenciam a vegetação, a erosão do solo; de que maneira a vegetação faculta os agentes de intemperismo? Qual a possibilidade de uma

fauna propícia a essa paisagem? E assim por diante. Essas acepções e utilizações da paisagem são utilizadas para os estudos ambientais e da geografia física via de regra, mas não somente.

Para alguns geógrafos mais focados na preponderância das ações humanas, a paisagem pode ser concebida como um momento aparente e empírico ou aparente e imediato da análise. Imediato no sentido de carente de mediações, que somente no momento posterior da análise é possível ser compreendido (Ruy Moreira); ou como categoria analítica (de estudo) dentro da concepção de espaço, na qual estão todos os objetos de infraestruturas construídas pelo homem que dá materialidade ou é a expressão própria, em si mesma, do espaço geográfico (Milton Santos).

Douglas Santos (2007, p. 06), correlaciona as categorias de paisagem e território para identificar um mesmo lugar: a diferença está no fato de que a primeira só se refere à relação que se dá somente no plano do sensório, enquanto a segunda se dá a partir de um reconhecimento capaz de associar o sensório a um conjunto mais ou menos amplo de significados, mediações e relações sociais.

A produção social das condições materiais de existência dos indivíduos parte da objetivação do trabalho na sociedade. Isto produz um conjunto de objetos, instrumentos e relações

resultantes do intercâmbio orgânico daquele com a natureza. Esse patrimônio cultural do qual a paisagem é somente a expressão, foi produzido historicamente através da relação metabólica do homem e da mulher com a natureza ao longo da história e, ao mesmo tempo em que é produto das relações humanas, também age sobre a consciência destes indivíduos e desta forma, sobre sua realidade material e percepção espacial, simbólica, artístico-cultural, espiritual, ou seja, modifica todo o conjunto de relações anteriormente existentes. Por esta dinâmica, a determinação insuprimível da paisagem está na relação espaço e tempo que lhe é inerente, condiciona, define e nela se expressa na forma do aparente.

7

Região: diferenças, semelhanças particularidades do espaço geográfico

A Região foi uma marca das análises da Geografia clássica, que adotaram os estudos regionais como o desdobramento de seus estudos. Como apresentamos até agora as categorias da ciência geográfica, na década de 1970 ocorreu uma transformação que aprofundou as discussões sobre as categorias espaço, paisagem e também região. Estas fundamentadas nas construções teóricas filosóficas advindas da revolução burguesa. O filósofo que mais referenciamos aqui é Kant, isso a partir de muitos estudiosos da história da Geografia como Ruy Moreira, Douglas Santos, Antônio Carlos Robert de Moraes, Roberto Lobato Correia, Milton Santos entre outros. Referenciamos-nos em Kant não porque a Geografia, como é comum reconhecer, nascesse com ele, mas sim por que em sua filosofia temos algumas sistematizações que contextualizam aquele período e que, devido a isso, definiu um

conteúdo e argumentos teóricos que se tornaram alvo de críticas para o avanço da ciência.

A metodologia que se apresentara no processo de sistematização da ciência com os fundadores, Ritter e Humbolt, estava disciplinada pela descrição exaustiva de áreas de modo à interrelacioná-las com vegetação, ação antrópica, clima, geologia. A consequência disso se transformaria em variáveis e elementos necessários para construção da individualidade da área ou o estabelecimento da **diferenciação de áreas**. A unidade desses elementos em uma mesma área (zona) seria o que aqueles geógrafos chamaram de Região. Esta é a leitura que vigorou como dominante no período dos fundadores da Geografia e, em grande medida, fortaleceu ainda mais o status científico da Geografia.

Para Ruy Moreira (2010) as influências de Ritter com os trabalhos das individualidades das regiões permitiram ao francês Paul Vital de La Blache (1845-1918) forjar a nova categoria explicativa, com o foco na unidade entre as características físicas e humanas do espaço. Avançando mais na cientificidade, La Blache desenvolveu um raciocínio no qual a relação do homem com o seu meio, propiciou compreender como as sociedades se desenvolveram a partir da superação de seus obstáculos naturais. Essa linha de pensamento iniciada pelo francês é

conhecida como *possibilismo*, concepção segundo a qual na interação do ser humano com a natureza, esta forneceria os meios, as possibilidades para aquele desenvolver o modo de vida e modificar as condições naturais (espaço natural). Na concepção desta escola o ser humano é considerado como o principal agente geográfico do espaço ou sobre o espaço, a partir das possibilidades existentes no meio natural.

Por conta da ofensiva imperialista levado a cabo por parte das nações europeias e a Geografia da época comprometida com esta ação, Robert de Moraes (2001) analisa que em contraposição aos estudos franceses se fazia frente a vertente alemã do pensamento geográfico, definida pelo *determinismo*⁴. Nesta vertente, haveria uma articulação universal de

⁴ Destaquemos que a influência deste debate na Geografia, sobre a dualidade de concepções entre possibilismo e determinismo como duas 'escolas' fundamentais da construção do pensamento geográfico' parte de uma interpretação feita por Lucien febvre (aluno de La Blache) no início do século XX. Contudo, há outras leituras e interpretação que vêm sendo feitas desde os anos 1960/70 sobre a validade desta polarização e a real contribuição de seus respectivos autores. Neste sentido é bastante pertinente a sugestão dos estudos de Marcos de Carvalho (1997), referenciado na bibliografia.

causalidade na natureza, e esta influenciaria (determinaria) tanto a fisiologia quanto a própria consciência dos indivíduos, ou seja, a relação homem-meio seria uma relação de causa e efeito como base para o desenvolvimento de uma sociedade ou a caracterização dos povos a partir do seu ambiente natural.

A região nesse momento servia para as diferenciações de área com a análise sobre como os elementos de vegetação configuravam determinado local; como as sociedades locais se apresentavam em seu processo de desenvolvimento; com isso, buscavam identificar as características que propiciaram a identidade para daí levantar/definir/classificar a região. A região tem em sua força de análise a categoria de identidade, definida a partir do conjunto de elementos anteriormente citados. Cada região, deste modo, possuía uma *identidade regional* a ser conhecida.

Dentro dessa forma de pensar, o geógrafo alemão Alfred Hettner (1859-1941) dirá que a Geografia deveria proporcionar a descrição e a interpretação da superfície da Terra selecionada pelo pesquisador e racionalizá-la e ordená-la. O que para alguns geógrafos ou geógrafas que estudam o pensamento deste autor como Sandra Lencioni, Hettner afirma o caráter da Geografia em ser corológica. E pela diferenciação da superfície terrestre, esse espaço metrificado,

suporte dos fenômenos físicos, culturais que a partir do sujeito (geógrafo) pode individualizá-la e estabelecer as premissas para esta concepção de região geográfica.

Sandra Lencioni ao buscar a genealogia da categoria de Região apresenta as influências do pensamento de Hettner nos estudos. Dentre eles, o estadunidense Richard Hartshorne (1899-1992) expoente nos estudos regionais, escreve em seus trabalhos que a Geografia deve compreender como os fenômenos se combinam numa área da superfície terrestre. E, acrescenta que tudo o que tem dimensão espacial é passível de ser estudado pela Geografia. Ou seja, cabe a ciência do espaço não só se fixar nos estudos de relevo, solos, cidades, mas também se debruçar sobre o estudo das regiões agrícolas, expansão das vegetações no espaço, comunidades tradicionais, clima etc. Hartshorne amplia a capacidade analítica na qual a Geografia pode ser usada, constata Lencioni (2010), analisando as ideias do geógrafo americano a partir das próprias palavras dele: *“[...] as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo [...] a preocupação principal do investigador, que deve ser acima de tudo a de procurar interpretar os fenômenos”* (HARTSHORNE apud LENCIONI, 2010, p.126).

É com esses pressupostos que será embasada a chamada “*New Geography*”. Esta é a base do incremento de modelos matemáticos e estatísticos nas construções das regiões. Com uma valorização maior nas análises quantitativas do que qualitativas, é o berço (novamente) das geografias vinculadas a ação dos Estados, uma retomada da perspectiva neopositivista.

No contexto da década de 1970, as críticas às filiações filosóficas e políticas mais conservadoras e praticada no âmbito da ação institucional (a “Geografia dos Estados”), surge a Geografia Crítica, como abordamos anteriormente. Com isso, as críticas pioneiras dos franceses Pierre George (1909-2006) e Yves Lacoste, fazem uma ‘desconstrução e restauração’ teórica e analítica da categoria Região como foco epistemológico do positivismo.

Com a geografia crítica ganha força a discussão de como o capital, em sua divisão social do trabalho, se distribuíra no espaço e configura as regiões subordinadas à sua lógica de controle e expansão. A partir da construção dos aparatos necessários para a reprodução do capital, suas infraestruturas, divisão econômica possibilitam que para além da descrição, a geografia passa a compreender a lógica da expansão do valor. As regiões se desenham por especializações produtivas em determinadas

espaços. A análise regional ganha grande contorno com os estudos urbanos e as análises das valorizações dos espaços das cidades como valorização e acumulação de capital.

Além dos livros e textos de Milton Santos, Ruy Moreira e David Harvey, dois importantes trabalhos ilustram esta concepção crítica da geográfica a partir dos anos 1970 e trazem grandes contribuições para discutirmos a noção de região na Geografia: “O capital e seu espaço” do engenheiro francês Alain Lipietz e “Desenvolvimento desigual” do geógrafo escocês que viveu grande parte da vida nos Estados Unidos e nos deixou há poucos anos, Neil Smith.

8

Geopolítica e Geografia Política

A palavra geopolítica é geralmente empregada em noticiários e discussões sobre política, em análises de conjuntura, sobretudo quando se considera a escala internacional, a relação entre os países, processos de repercussão global etc., no entanto estas abordagens corriqueiras feitas por pessoas, instituições ou grupos políticos, além de distintas entre si, são comumente reducionistas ou até mesmo imprecisas do ponto de vista semântico. Partindo desta preocupação, pretendemos aqui apresentar uma pequena sistematização em torno da construção teórica e histórica sobre ambos os termos.

A geopolítica como ramo científico tem sua base teórica nas obras do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), “*Geografia Política*” de 1897. Ratzel não foi o primeiro a relacionar Estado, território e política, no entanto, foi o primeiro a sistematizar essas relações cientificamente, assim, o que foi produzido sobre geopolítica posteriormente teve como base as suas formulações conceituais.

A proposta de Ratzel é analisar as diferentes formas do desenvolvimento das civilizações e suas relações com a natureza do ponto de vista espacial. Dessa forma, seus estudos resultaram em um conceito de território intimamente ligado ao desenvolvimento das sociedades. Por este pressuposto, inaugurou um amplo escopo de formulações para compreender a constituição dos Estados e sua composição política, social e econômica. Ou seja, para ele, o desenvolvimento de uma civilização vai estar intimamente ligado não só à abundância de recursos naturais, mas também na capacidade de transformação destes.

Ratzel acreditava que uma nação tinha maior capacidade de criar um Estado coeso e desenvolvido se tivesse acesso a recursos naturais. Para ele a capacidade que um povo possui em transformar esses recursos em produtos, construções, bens que beneficiasse a população em geral os tornava “civilizados” e aqueles povos que dependiam exclusivamente do que a natureza ofertava eram chamados de povos “naturais”.

Cabe ressaltar que Ratzel ao proferir um juízo de valor sobre o desenvolvimento das civilizações, parte sua análise comparativa das referências da sociedade europeia como sendo o estágio avançado. Ratzel ainda argumenta que um dos fatores que atrasam o desenvolvimento

das civilizações, além dos já apontados, é a falta de recursos naturais. Para justificar sua argumentação, cita os povos nômades de regiões áridas ou geladas, afirmando que sem esses recursos não se pode desenvolver as relações de trabalho duradouras ou mesmo as relações políticas (RATZEL, 1990a, p.57).

O elemento político deve promover a edificação do processo civilizatório, segundo Ratzel (1990b, p.141) “Nenhum povo é destituído de organização política, não obstante essa possa ser extremamente frouxa”. Para o autor a capacidade de se reunir em grupos em torno de um bem comum – seja para caçar, defender o território ou para trabalhar – é uma das principais características humanas e uma forma de organização política. No entanto, justifica que apenas essas demandas não garantem a solidificação das relações políticas que, neste estágio, ainda são débeis. E que, para alcançar estágios superiores de civilização e organização política é necessário estabelecer leis e cumpri-las, pois, segundo ele, “É uma das características mais destacadas do homem civilizado o fato de que ele se habitua à coerção das leis, e na obediência a elas, ele descobre também um interesse prático” (RATZEL, 1990b, p.142).

O aparecimento do Estado é o ápice da teoria geopolítica ratzeliana, momento fundamental do processo civilizatório, pois é quando a

sociedade funda o Estado para defender seu território, sua coesão cultural e um certo patrimônio cultural acumulado. Segundo sua concepção, a organização do Estado enquanto instituição superior é a condição que diferencia “povos naturais” e “povos civilizados”.

Podemos concluir, a partir do exposto, que a concepção ratzeliana de Estado está ligada ao desenvolvimento cultural e técnico de como uma determinada sociedade irá constituir seu território. A partir dessa evolução, construída pelo contato com outras civilizações e outros ambientes, numa espécie de trocas e assimilações na qual uma cultura é supostamente superior técnica e culturalmente a outra e por isso à subjuga é que há a necessidade de se delimitar um território.

É a partir daí que Ratzel formulará a teoria de espaço vital. Segundo Moraes (1990, p.23) o espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis.

Dessa forma, Ratzel entende o Estado como um ser orgânico que se movimenta dentro de um determinado espaço. Essa movimentação se dá pelo deslocamento da população em busca de novos meios de sobrevivência, geralmente isso acontece nas fronteiras onde há ainda recursos que não foram explorados. Apesar disso, o

Estado deve ter seus limites geográficos – seu território – definido (Ratzel, 1990c, p.176) e nada contradiz mais a natureza do orgânico do que essa rigidez na circunscrição ou delimitação do espaço.

Assim, a disponibilidade de recursos naturais de determinada sociedade, seu avanço tecnológico, a maneira como essa sociedade organiza e aperfeiçoa esses recursos, determinará seu desenvolvimento cultural e técnico. De tal modo que a civilização, ao libertar os povos do domínio do meio, os torna mais dependentes dele.

O Estado em seu espaço vital passaria por processos de avanços e recuos influenciados pelo crescimento ou diminuição da população, pela escassez ou abundância de recursos naturais. Neste sentido, o desenvolvimento e crescimento do Estado vai depender de sua posição geográfica, dos recursos naturais “benefícios geográficos” disponíveis e da sua posição estratégica de suas fronteiras nas quais pode avançar para maiores conquistas.

Dessa forma, o autor entende que o processo de colonização imposto pelos europeus é natural e histórico, mais ainda, que este processo garantiu o desenvolvimento dos povos e, por assim dizer, deve continuar como um fator de entendimento da criação e desenvolvimento dos Estados. Ratzel argumenta que a relação

entre as “culturas superiores” (Estados superiores) e “culturas inferiores” (Estados familiares) começam a crescer com o contato com outras culturas no caso a religião e o comércio.

O que Ratzel chama de concepção espacial mais ampla é a capacidade de utilização dos recursos naturais e conseqüentemente da fixação de um povo no solo. Ele chama isso de —uso político da terra, ou o desenvolvimento material e simbólico de um povo. Em sua metáfora o autor reforça que — O crescimento do Estado na superfície da Terra pode se comparar ao crescimento em profundidade que leva um apego ao solo (p.181).

Ratzel entende que a disputa entre os Estados é uma constante na História da humanidade de tal modo que, a partir desta disputa, a configuração espacial dos Estados se transforma, crescendo sua área territorial ou diminuindo quando perde parcela do território. Ratzel acredita que essa é uma tendência natural dos Estados. Um pequeno Estado toma de Estados vizinhos terras suficientes para se igualar ou se aproximar do maior deles: Prússia, depois Alemanha, entre a França e a Áustria etc. (RATZEL, 1990c, p.191).

Dessa forma, a Geografia Política proposta por Ratzel será identificada como a Geografia do poder político do Estado, este como único detentor da política. A partir daí as concepções

sobre Geografia Política vão seguir alguns dos principais conceitos proposto por Ratzel em sua teoria. Principalmente sobre a questão do poder do Estado sobre seu território – fronteiras – e o desenvolvimento das relações políticas entre Estados por meio do poder militar e econômico.

Esta introdução conceitual é necessária, pois indica os principais conceitos que fundamentam a gênese do pensamento geopolítico: Estado, território e política. Cabe ressaltar que as concepções políticas e de Estado elaboradas pelo autor estão inseridas no contexto da unificação da Alemanha (1850-1871), que foi marcada por conflitos e anexação de territórios, além da construção do nacionalismo das grandes potências europeias da época: França, Inglaterra e Prússia. A Alemanha aparece como potência militar e econômica no cenário europeu e mundial, neste contexto, estava em desvantagem diante de outras potências econômicas imperialistas da época.

Um dos principais teóricos que desenvolveu o pensamento geográfico político pós-Ratzel foi o sueco Rudolf Kjéllen (1864 – 1922). Este foi o primeiro a utilizar o termo **Geopolítica** e considerava um ramo científico autônomo da Ciência Política que tinha como objetivo estudar as relações entre Estado e território (COSTA, 1992, p.56). Foi influenciado pelas grandes disputas entre as potências europeias imperia-

listas do início do século XX. Segundo Wanderlei Messias da Costa, Kjéllen “não escondia a sua admiração pelo Estado-Maior alemão e nem o desejo de que a Europa viesse a ser unificada sob um imenso império germânico” (COSTA, 1992, p.57). As análises de Kjéllen estão influenciadas sob a perspectiva do Estado ratzeliana – da necessidade de expansão – assim, sua perspectiva vai ao encontro dos Estados europeus colonizadores com a ideia centralizadora de poder e território.

O desenvolvimento da teoria geopolítica de Rudolph Kjéllen teve grande aceitação nos círculos militares, atrelando assim, a geopolítica às questões de estratégia vinculadas estreitamente a Estados com intuito militares, especialmente em incursões para expansão e domínio de novos territórios.

Vários autores influenciaram e solidificaram esse conceito de geopolítica voltado para a estratégia militar. Entre eles está o general geógrafo alemão Karl Haushofer (1869-1946) que baseava sua teoria no espaço vital e no *pangermanismo* (ideologia que pregava a necessidade de expansão territorial do Estado alemão para acolher todos os povos de origem germânica). Foi responsável por vários estudos e publicações sobre o tema, como a Revista de Geopolítica do Instituto de Geografia de Munique.

Outro autor influente da geopolítica estatal neste período foi o geógrafo Halford John Mackinder (1861-1947), professor de geografia na Universidade de Oxford (Londres) e membro do Parlamento inglês. Publicou várias obras que repercutiram na Geografia, Ciência Política e nas Relações Internacionais. As preocupações de Mackinder estão relacionadas com as transformações que o império britânico estava passando na época, principalmente na Primeira e Segunda Guerra Mundial; perda de algumas colônias e a emergência de novas potências no cenário mundial como Alemanha, Estados Unidos e União Soviética.

A principal contribuição de Mackinder foi a formulação da teoria do “coração continental”, no qual ele analisa geograficamente o poder marítimo e o poder terrestre investigando o grande território da *Eurásia* (região compreendida basicamente pelo território da Rússia) e suas potencialidades políticas. Segundo sua teoria, o território de grande extensão com saídas para o mar e dotado de inúmeros recursos naturais permitiria a mobilidade da população e dos recursos. O poder naval não seria mais preponderante, mas sim a capacidade de articular as várias formas de mobilidade com ferrovias e estradas, permitindo assim, um grande desenvolvimento econômico em escala

mundial sendo um novo polo de poder mundial que não poderia ser negligenciado.

A Geografia Política no Brasil foi produzida, em sua fase inicial, preferencialmente nos círculos militares. Os temas sempre foram tratados como de interesse nacional abordados com discurso nacionalista ressaltando a grandeza da nação e suas riquezas, sobre ocupação do território e preocupação com as fronteiras.

O pensamento geopolítico brasileiro na década de 1930 até 1980 foi influenciado principalmente pelas escolas de pensamento vindas da Europa e EUA, as teorias de Rudolf Kjélen influenciaram a produção e difusão da Geopolítica no Brasil. Em destaque estão as obras dos generais Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, além do Brigadeiro Lysias Rodrigues foram influenciados pelo geopolítico sueco.

A transferência da capital federal para o centro oeste do país, segundo o geógrafo José Wiliam Vesentini (1986), foi construída sob o enfoque do pensamento geopolítico. Onde questões como segurança nacional, colonização do interior do país e integração do território eram os argumentos recorrentes e amplamente fundamentados nas obras do geógrafo inglês Mackinder.

A partir desse exposto, podemos afirmar que a Geopolítica tradicional no Brasil foi pensada e aplicada em larga escala no território nacional, principalmente pelos militares na figura do Estado. A gestão política do território se caracterizou como fator preponderante das análises tanto acadêmicas como nos círculos militares.

O fato de que a Geografia Política, como ramo científico, fora desenvolvida em grande parte nos círculos militares e por agentes ligados ao Estado a fez ser entendida como política exclusivamente desta instituição, ou seja, fez com que a ciência geográfica e os geógrafos se afastassem das questões que envolviam as relações entre Estados, assuntos militares e suas ações sob o enfoque político.

De modo geral, as teorias geopolíticas foram e são produzidas pelas grandes potências econômicas com a intensão de manter ou ampliar seu poder político e econômico sobre outros países. Desde então, as potências europeias utilizaram das teorias geopolíticas para colonizar o continente africano desde finais do século XIX, implantando uma divisão internacional do trabalho pelo seu poder econômico e militar.

Com isso, se perpetuou as análises de conjunturas espaciais sob as esferas de poder de cada superpotência e seus blocos hegemônicos.

Dentro da escala espacial, que interessa a Geopolítica, o Estado e sua capacidade de manter sua hegemonia política e econômica definiram as bases temáticas da Geopolítica que está sendo reproduzida até hoje.

Dessa forma, as reflexões da Geopolítica tradicional tratam as relações políticas e espaciais entre e intra-Estados de forma unidimensional. Com isso, do ponto de vista geográfico, a maioria dos estudos vai refletir a comparação econômica e política entre esses Estados. Amparados pelo discurso dualista: desenvolvido e subdesenvolvido, ricos e pobres, do Sul e do Norte, Oriente e Ocidente, entre outros.

De modo geral, o conceito de geopolítica é tratado de maneira tradicional – o Estado como único agente político – reproduzindo as relações entre Estados por meio de sua força econômica e militar, enfatizando assim, o discurso hegemônico das grandes potências, pois outras relações e outros Estados são reduzidos à órbita das grandes potências ou nem citados. Cada país vai desenvolver sua teoria geopolítica diante da sua realidade econômica e militar.

Dessa forma, a Geopolítica tradicional tende a homogeneizar os fenômenos sociais e políticos. A questão da autoridade estatal está relacionada ao conceber o Estado como forma política última e acabada da organização social.

Este modelo de Estado não é pensado ou criticado em sua forma orgânica estrutural e histórica.

Analisar o Estado enquanto agente político atualmente requer pensar como este Estado se configurou internamente suas estruturas políticas e econômicas. O Estado atende interesses políticos e econômicos contraditórios em si mesmo; é a partir dessas configurações que devemos entender as ações políticas do Estado sobre o território, interna e externamente.

Cabe-nos criticar essa visão eurocêntrica e colonialista de geopolítica, buscando desconstruir o discurso do Estado como único detentor do poder político e de ação estratégica sobre o território. No caso específico da América Latina, a região sempre foi hegemonicamente analisada sob a ótica dos interesses da política externa estadunidense e o continente africano sob o prisma da política dominadora da burguesia europeia.

Para isso, outras abordagens conceituais se fazem necessária, a construção de processos de luta e articulação desde uma perspectiva anti-hegemônica, pautando novos elementos no sentido de uma nova geopolítica; tecida pelos movimentos sociais, pelos povos e a esquerda anti-imperialista e anticapitalista internacional. Exemplo nesse sentido são as articulações da

Assembleia Internacional dos Povos (AIP) ou da *Via Campesina Internacional* que reúne movimentos sociais para construção de agendas, bandeiras, plataformas e linhas políticas de luta para a práxis política comum, sempre partindo da realidade dos distintos povos, países, regiões e continentes em que atuam.

Dessa forma, a perspectiva da Geopolítica crítica é identificar e analisar os movimentos políticos territoriais, internos e externos, com o objetivo de ampliar a análise social, política, econômica e cultural do ponto de vista geográfico. E, a partir de aí contrapor as análises da Geopolítica tradicional. Em suma, explorar a constituição espacial dos mecanismos do poder na América Latina ou do chamado *Sul Global* e a cartografia das resistências a esse poder (CAIRO, 2008, p.203).

Portanto, há no mundo atual, e na América Latina particularmente, uma nova configuração político-territorial em curso, na qual outros agentes sociais são confrontados com as políticas estatais exercendo participação na construção de tais ações, produzindo uma contra-espacialidade política diante das ações do Estado capitalista.

A dimensão política dos movimentos sociais traz para a Geopolítica crítica da América Latina a forma pela qual se materializa as disputas territoriais internas. Esses movimentos (é

importante que se diga), sempre existiram e construíram historicamente, com avanços e retrocessos, as lutas para verem realizadas as propostas de uma sociedade diferente desta que os explora, os oprime, toma suas terras, destrói os territórios, assassina e encarcera. Em sua maioria, esses movimentos são povos que durante muitos anos foram excluídos, expropriados materialmente e politicamente pelo histórico da colonização, ou seja, indígenas, negros, camponeses, etc.

Deste modo, entendemos que para interpretar as questões políticas territoriais da América Latina é necessário romper com alguns pressupostos impostos nos modelos de análises que durante anos foram apresentados como formas estáticas produzidas pelo olhar colonizado e colonizador, sem crítica da contradição, avesso a dialética dos processos específicos deste território. Durante muito tempo a região debateu seu modelo de desenvolvimento econômico sob o aspecto binário do modelo desenvolvido/subdesenvolvido amparado na visão economicista em que não refletia sobre a historicidade e a subjetividade dos povos deste continente, dentro de sua imensa e rica diversidade territorial.

É necessário, portanto, subverter a ordem geopolítica do Estado buscando analisar a maneira como este se movimenta diante das

questões político-territoriais, para isso, identificar a postura política diante das questões internas/externas e o movimento em diversas escalas espaciais. É preciso construir uma geopolítica de “baixo” para “cima”, a partir da luta e organização concreta realizada no território, no lugar onde se vive, onde se trabalha e onde se organiza as pessoas, demarcando assim, novas políticas territoriais (a política dos “de baixo”) e constituindo novas formas de fazer, viver, conceber e interpretar o mundo.

Faz-se urgente ter ousadia para construir o novo, “é preciso arrancar alegria ao futuro” (como disse o poeta Maiakóvski) e para isso será preciso superar toda a velha ordem instaurada pela sociedade burguesa. Só assim será construída uma nova geopolítica entrelaçada pela geografia autodeterminada a partir da organicidade dos povos e da classe trabalhadora livre, criadora e senhora de seu próprio destino.

O mais importante - e implícito objetivo deste texto - é te convidar para se somar nesta perspectiva de luta e de transformação da geografia e da sociedade para realizar o projeto da emancipação humana!

*Este texto foi lido e revisado pelo Professor Doutor Diamantino Pereira da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Referências

BECKER, Bertha K. **A geografia e o resgate da geopolítica**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, Ano 50. Nº especial. 1988.

BRASIL. Governo Federal. Funai. Nota de pesar pela morte do cacique Aruká Juma. **Disponível em:** <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/nota-de- pesar-cacique-aruka-juma>>, acesso em 12/03/21.

CAIRO, Heriberto. **América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais do conhecimento e da representação**. Salvador: Cadernos CRH, vol. 21, n.53, p. 201-206: maio/agosto de 2008.

América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. Salvador: Cadernos CRH, vol. 21, n.53, p. 221-237: maio/agosto de 2008b.

CARVALHO, Marcos de. **Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904)**. In: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 34, 10 de junho de 1997.

CORREA, R. L. Espaço um conceito chave para a Geografia. **In:** CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pg. 15-47.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. 3^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Da geografia às geografias: Um mundo em busca de novas territorialidades**. II Conferencia Latinoamericana y caribeña de Ciência Sociales: Universidade de Guadalajara, México, 21-22 de novembro, 2001. CLACSO.

De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra.** Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ed. Paris: Éditions, 1974.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 19.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.** In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.p. 127-16.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista Rae'Ga**, Curitiba, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

RATZEL. F. “**Geografia do Homem**”. (**Antropogeografia**). In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990a, p.32-107.

RATZEL. F. “**As Raças Humanas**”. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990b, p.108-150.

RATZEL. F. “**As Leis do crescimento espacial dos Estados**”. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990c, p.175-192.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. SP: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** 2007. (Inédito). Mimeo

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia (geografia e ideologia)**. 3ªed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

VESENTINI, José William. **A Capital da geopolítica**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

Sobre os autores

Gerson de Souza Oliveira é membro do MST, com licenciatura e bacharelado em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente e mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP) parceria com Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Clacso e Cátedra da Unesco para Educação do Campo. Atuou no curso integrado médio-técnico em Agroecologia, parceria Instituto Laudenor de Souza do MST com o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA/UNICAMP) e a Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera). É membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).
Contato: gerunesp@gmail.com

Gabriel Alexandre Gonçalves é doutorando em Geografia na FCT/UNESP/Pres. Prudente. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e movimentos sociais. Mestre em Geografia (2017) pelo programa de mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” do Instituto de Políticas

Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP) parceria com Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Clacso e Cátedra da Unesco para Educação do Campo. Graduado em Geografia pela FCT/UNESP. Atuou no curso integrado médio-técnico em Agroecologia, parceria Instituto Laudenor de Souza do MST, com o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) e a Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronea). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Membro pesquisador convidado do NEPEDH (Núcleo de Pesquisa e Direitos Humanos) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Temas principais de atuação: Água, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Educação Popular. Leciona na rede municipal da prefeitura de São Paulo. Contato: bigoncalves7@gmail.com

Cláudio Roberto Ribeiro Martins é professor de Geografia da rede pública municipal de São Paulo, com mestrado em Ensino de Geografia PUC-SP e doutorando em Ensino de Geografia no FFLCH - Geografia Humana - USP. Atuou no curso integrado médio-técnico em Agroecologia, parceria Instituto Laudenor de Souza do MST com o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA/

UNICAMP) e a Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera).